

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS NACIONAIS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA
E MOVIMENTOS SOCIAIS

MAURICIO LAMBIASI

**ORGANIZAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
DA CAPITAL DE SÃO PAULO: DO PROCESSO DE FORMAÇÃO
AO PAPEL DO ENTE PÚBLICO NA CONSOLIDAÇÃO DO MODELO
COOPERATIVISTA E ASSOCIATIVISTA.**

Minas Gerais
2012

MAURICIO LAMBIASI

**ORGANIZAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
DA CAPITAL DE SÃO PAULO: DO PROCESSO DE FORMAÇÃO
AO PAPEL DO ENTE PÚBLICO NA CONSOLIDAÇÃO DO MODELO
COOPERATIVISTA E ASSOCIATIVISTA.**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais como condição necessária para aprovação no Curso de Pós-Graduação Especialização *lato sensu* em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais e obtenção do respectivo título de especialista.

Orientadora: Prof^a. M.^a Aurea Mota

Minas Gerais
2012

MAURICIO LAMBIASI

**ORGANIZAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
DA CAPITAL DE SÃO PAULO: DO PROCESSO DE FORMAÇÃO
AO PAPEL DO ENTE PÚBLICO NA CONSOLIDAÇÃO DO MODELO
COOPERATIVISTA E ASSOCIATIVISTA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais como condição necessária para aprovação no Curso de Pós-Graduação Especialização *lato sensu* em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais e obtenção do respectivo título de especialista.

Aprovada em

Banca Examinadora

Aos milhares de catadores de todo o Brasil que buscam dias melhores para eles e suas famílias.

AGRADECIMENTOS

Meus especiais agradecimentos à Secretaria-Geral da Presidência da República, à Escola Nacional de Administração Pública (Enap), à Universidade Federal de Minas Gerais, à sua Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH)/ Departamento de Ciência Política, Projeto Democracia Participativa, pela singular oportunidade de realização de tão relevante curso de pós-graduação. Ao Prof. Dr. Leonardo Avritzer, na pessoa do qual agradeço todo o corpo docente; a toda a Coordenação e Secretaria pelo inestimável e pronto apoio a todas as necessidades que surgiram ao longo do curso, um especialíssimo agradecimento à minha orientadora, Prof.^a M.^a e doutoranda Aurea Mota pela paciência e dedicação apresentadas ao longo deste trabalho, à Gabriela Maria Espósito, consultora do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, pelas informações e apoio prestadas, à Mariza Platero Carnaúba, funcionária dedicadíssima no trabalho de implementação da coleta seletiva em todas as unidades do Banco do Brasil na Capital de São Paulo e, finalmente, a cada um dos catadores de materiais recicláveis deste país, pelo exemplo de luta contra a discriminação, pela busca incessante da cidadania, de uma sociedade mais justa e de um mundo social, econômico e ambientalmente melhor.

"O meu desejo é melhorar e arrumar meu dinheiro e poder ajudar em alguma coisa. Sempre tive vontade de ajudar os outros, mas, não é quem precisa não, é quem merece. Precisar todo mundo precisa, é quem merece."

Estamira, falecida em 28/07/2011, aos 70 anos, garimpou, durante mais de 20 anos, restos no aterro sanitário de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro.

RESUMO

Este trabalho avalia como se deu o processo de formação das diversas cooperativas e associações de catadores na Capital de São Paulo, a partir de iniciativas apoiadas por movimentos sociais, organizações não governamentais - ONGs, entidades diversas, iniciativas individuais dos próprios catadores e de entes públicos, bem como analisa em qual estágio essas organizações de catadores se encontram face aos inúmeros desafios que se apresentam cotidianamente, o que exige muita determinação por parte dessas entidades para continuar à luta pela sobrevivência e condições dignas de crescimento. O estudo procura também entender o porquê de apenas em torno de 1,2% do material reciclável produzido na Cidade ser efetivamente reciclado e qual tem sido efetivamente o papel da Prefeitura Municipal de São Paulo nesse processo, bem como se dão as relações com as próprias cooperativas e empresas de limpeza urbana, numa sociedade que, cada vez mais, clama por ações ambientalmente responsáveis e uma atuação do poder público mais efetiva. Além da compilação de diversos estudos já existentes, que trata da história do lixo ao longo do tempo nas diversas sociedades, e das ações individuais e coletivas (formação de associações, cooperativas) para o recolhimento de materiais recicláveis (catação), a pesquisa de campo procurou entender todo o processo mencionado diretamente com as cooperativas de catadores, com suas entidades representativas, bem como com a Prefeitura Municipal por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Serviços/Amlurb. Nos resultados, observações importantes são registradas, sinalizando a necessidade de ações mais efetivas do poder público, entidades privadas e a sociedade em geral, visando ao melhor aproveitamento da coleta de materiais recicláveis, maiores avanços no processo de inclusão social dos catadores de material reciclável, com aumento e melhor distribuição de renda, redução do impacto ao meio ambiente e sedimentação do conceito de cidadania para toda a sociedade.

Palavras-chave: Coleta seletiva, Cooperativa e Associação de catadores, Meio ambiente, Gestão ambiental urbana, Políticas públicas.

ABSTRACT

This study evaluates how was the formation process of the various cooperatives and waste pickers associations in the capital of São Paulo, from initiatives supported by social movements, non-governmental organizations - NGOs, diverse entities, individual initiatives of the waste pickers themselves and public entities, and analyzes at what stage these associations are in the face of the numerous challenges presented daily, which requires a lot of determination of those entities to continue to fight for survival and decent growth conditions. The study also seeks to understand the reason why only around 1.2% of recyclable material produced in the city is effectively recycled and what has actually been the role of Sao Paulo city council in this process, as well as how is its relationship with the cooperatives and the urban cleaning companies, in a society that increasingly calls for environmentally responsible actions and more effective performance of the government. Besides the compilation of various existing studies, concerning the history of garbage over time in different societies, and individual and collective actions (formation of associations and cooperatives) for the collection of recyclable materials (collecting), field research sought to understand the whole process directly with the recycling cooperatives and their representative bodies, as well as with Sao Paulo City council through its Department of Urban Development and Services / Amlurb. In the results, important observations are recorded, signaling the need for more effective actions of the government, private organizations and society at large, aiming to benefit more from the use of the collection of recyclable materials, major advances in the social inclusion process of recyclable material collectors, with increased and improved income distribution, reduction of the impact to the environment and sedimentation of the concept of citizenship for the whole society.

Keywords: Selective collection, cooperative and waste pickers association, environment, urban environmental management, public policies.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	10
2 - ORGANIZAÇÕES DE CATADORES: do histórico das relações do homem com o lixo à formação de organizações de catadores de materiais recicláveis	
2.1- AS ORIGENS.....	14
2.2 - NO BRASIL.....	18
2.3 - NA CAPITAL DE SÃO PAULO.....	27
3 - O PODER PÚBLICO	
3.1 - O PAPEL DO PODER PÚBLICO NA COLETA SELETIVA.....	34
3.2 - O RELACIONAMENTO DO PODER PÚBLICO COM AS ORGANIZAÇÕES DE CATADORES E ENTIDADES PRIVADAS.....	38
4 - CONDIÇÕES ATUAIS E OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO COOPERATIVISTA E ASSOCIATIVISTA NA CAPITAL DE SÃO PAULO	
4.1 - AS AÇÕES DOS CATADORES.....	43
4.2 - AS AÇÕES DO PODER PÚBLICO.....	45
4.3 - DESAFIOS AO TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	46
4.4 – RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	54
5 - CONCLUSÕES.....	56
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
APÊNDICES.....	64
ANEXOS.....	74

1 - INTRODUÇÃO

De acordo com matéria publicada na Revista Veja, “195.000 toneladas de lixo foram produzidas diariamente no Brasil em 2010, 6,8% mais que em 2009. No mesmo período, os programas de coleta seletiva aumentaram apenas 1,6%” (Revista Veja, 04/05/2011, p. 69).

Para Besen (Almanaque Brasil Socioambiental, 2008), um dos maiores desafios da atualidade é a redução dos milhões de toneladas de lixo produzidos diariamente, bem como a correta destinação dessa produção. Todos os produtos utilizados pela sociedade advêm da natureza e o desperdício é visível. O lixo tornou-se um grande problema socioambiental e de saúde pública. No Brasil, apenas 8% dos municípios possuem programas de coleta seletiva de lixo; apenas 32% dos municípios coletam 100% do lixo das residências; cerca de 20% do lixo é jogado nos rios e várzeas. Não há ainda no País uma legislação para coleta e reaproveitamento dos resíduos eletroeletrônicos que acabam, em sua maioria, sendo enviados a aterros sanitários e lixões.

É de se observar, entretanto, que diversos municípios têm desenvolvido parcerias com catadores de materiais recicláveis, normalmente organizados em cooperativas e associações para a implementação de coleta seletiva de lixo, o que contribui também para a inclusão social e geração de renda.

As ações de reciclagem no Brasil iniciaram-se pelo trabalho informal de catadores de lixo nas ruas e nos lixões. Eles sempre contribuíram para a limpeza e proteção do meio ambiente, muito embora vivendo à margem da sociedade. A organização em associações e cooperativas vem acontecendo, sobretudo nos últimos 12 anos, com o apoio dos movimentos sociais, prefeituras e outros órgãos do poder público, criando o Movimento Nacional dos Catadores (no “Anexo A” consta as características jurídicas de cooperativas e associações de trabalho). Esses profissionais hoje são reconhecidos pelo Ministério do Trabalho como uma categoria, a de catadores de materiais recicláveis. A estimativa é de que existam mais de 200.000 catadores de rua e mais de 40.000 pessoas vivendo diretamente da catação em lixões.

Apesar de avanços registrados, o cenário, no que se refere à destinação dos resíduos sólidos ainda está muito distante do ideal. Assim,

O Estado de São Paulo, apesar de revelar um quadro mais positivo no cenário nacional dos resíduos sólidos em termos percentuais (24% de destinação inadequada em 2010), vive situação delicada em termos absolutos. Mais de 13 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia têm hoje destinação inadequada no Estado (SILVA FILHO, 2011, p. C6).

De acordo com o contido no *site* da Prefeitura de São Paulo (2011), a produção diária de lixo (residencial, clínicas e hospitais, feiras, entulho) é estimada em 17 mil toneladas em média, sendo que os resíduos domiciliares atingem cerca de 10 mil toneladas por dia, e o trabalho de coleta é realizado por duas concessionárias, a Ecourbis e a Loga.

Ainda, de acordo com o mesmo *site*, há um Programa de Coleta Seletiva, regulamentado pelo Decreto número 48.799 de 9 de outubro de 2007 (vide no “Anexo B”, a íntegra do Decreto), que conta com 20 Centrais de Triagem, que são realizadas por catadores, com possibilidade de inclusão social e geração de renda para cerca de 1.000 pessoas, sendo coletado diariamente 155 toneladas entre as Centrais e as Concessionárias.

Com base nessas informações, é possível observar que há enorme potencial de aumento da coleta seletiva, uma vez que aproximadamente 1,2% da produção diária de lixo passa por ela.

De acordo com Gonçalves (2009), considerando-se apenas os resíduos domiciliares, seria possível chegar a um reaproveitamento de 7%, o que ainda é considerado muito pouco; inclusive, quando se compara a capitais como Curitiba e Porto Alegre, que há duas décadas atendem 100% da população, o programa da Capital de São Paulo é considerado pouco expressivo, para não dizer vergonhoso.

Desta forma, este trabalho de pesquisa pretende oferecer um diagnóstico para entender os porquês do avanço no percentual de material reciclável ser ainda tão tímido, bem como qual tem sido o papel do Poder Público, entendido a Prefeitura Municipal de São Paulo, no apoio às organizações de catadores de material reciclável, ou seja, associações e cooperativas. Subjacentemente, foram investigadas quais têm sido as ações efetivas da iniciativa privada e diversas organizações não governamentais para que haja real avanço nas questões apresentadas e, particularmente, para que os catadores de material reciclável possam evoluir em termos de organização. A efetividade das ações seria um caminho para o avanço da melhoria de renda e condições dignas de vida, resgatando assim a dívida da sociedade para com esse grupamento que, via de regra, acaba ficando à margem da sociedade apesar de tanto contribuírem para a questão ambiental do acúmulo de resíduos sólidos, que tanto aflige a sociedade atual.

Apenas para ilustrar a relevância do assunto e do presente estudo, é de se observar também que, de acordo com o Spatuzza (2010), uma ordem judicial determinou o prazo até 09 de abril de 2012 para que a Prefeitura de São Paulo elaborasse um plano que estendesse o programa de coleta seletiva para toda a cidade. A execução desse plano levaria à contratação de 20 mil catadores cooperados, com a devida cessão e manutenção de áreas para usinas de triagem regionalizadas e de investimentos na capacitação dos catadores. A necessidade de uma ordem judicial para o cumprimento da legislação explícita, de certa forma, a falta de tempestividade que o Poder Público vem tendo com essas questões.

Este trabalho é particularmente relevante também para o autor desta monografia, uma vez que lhe cabe a responsabilidade de implementação do programa de coleta seletiva em todas as unidades do Banco do Brasil na Capital de São Paulo, sendo o coordenador geral do programa. O entendimento do funcionamento das relações das organizações de catadores de material reciclável com o Poder Público, bem como dos problemas e desafios que se apresentam, poderão contribuir para o adequado atendimento

dos Princípios de Responsabilidade Socioambiental da referida instituição financeira, bem como da Lei 12.305/10 e o Decreto 5.940/2006, que tratam da destinação dos resíduos produzidos e direcionamento destes às organizações de catadores de material reciclável, respectivamente.

A metodologia de trabalho, para a realização do presente estudo, foi realizada tendo como preocupação desenvolver o problema tanto em nível conceitual quanto empírico. Primeiramente, foi realizada extensa pesquisa bibliográfica em artigos de revistas e jornais, livros, trabalhos acadêmicos e meio eletrônico (*internet*). Foi realizada também uma pesquisa de campo com a realização de encontros realizados na Capital de São Paulo, em 06 set. 2011, 12 abr. 2012 e 13 jul. 2012, com organizações de catadores de material reciclável, representantes do Poder Público, ou seja, a Prefeitura Municipal de São Paulo e entidades parceiras, com o objetivo de discussão dos principais problemas, bem como a apresentação de sugestões e possíveis soluções para as questões que afetam as organizações de catadores e para a baixa quantidade de coleta de material reciclável, quer no que se refere às questões internas dessas organizações, quanto às questões de apoio que o Poder Público e parceiros prestam a elas (vide registros fotográficos dos Encontros no “Apêndice A”). Foram realizadas também entrevistas semi-estruturadas com três profissionais ligados diretamente a ações de melhoria dessas organizações (vide perguntas das entrevistas realizadas no “Apêndice B”).

O objetivo geral do presente estudo pode ser identificado como sendo o de verificar se as organizações de catadores de material reciclável vem recebendo efetivo apoio do Poder Público (Prefeitura Municipal de São Paulo), para que possam cumprir seu papel de geração de emprego e renda, bem como contribuir para melhoria do meio ambiente. Como objetivos específicos, tem-se a análise, por meio de estudo bibliográfico e pesquisa qualitativa com profissionais da área, além de encontros sistematizados com organizações de catadores, Poder Público e entidades parceiras, para estudo do trabalho que vem sendo realizado, isto é, se o Poder Municipal vem cumprindo seu papel na melhoria das condições das organizações de catadores de material reciclável na Capital de São Paulo, com a consequente elevação da quantidade de resíduos coletados, para que elas possam cumprir seu trabalho a contento, ainda mais que questões socioambientais tem se apresentado como uma das grandes preocupações da sociedade contemporânea.

O trabalho buscou tratar do conceito de lixo por meio de uma discussão de como ele foi pensado através dos tempos. Lixo urbano, industrial, coleta seletiva, cooperativismo, bem como entender como se deu o processo de organização de catadores no Brasil e, particularmente na Capital de São Paulo.

Assim sendo e, apesar da existência do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, sancionada pela Presidência da República por meio da Lei n. 12.305/2010 e regulamentado pelo Decreto n. 7404/2010 que prevê, entre outras coisas, a necessidade de apoio às organizações de catadores de material reciclável e que, a partir de 2014 não haja mais lixo depositado a céu aberto, mas face à realidade apresentada, a grande questão é: tem o poder

público contribuído para a formação, organização e ampliação das organizações de catadores de material reciclável na Capital de São Paulo?

2 - ORGANIZAÇÕES DE CATADORES: do histórico das relações do homem com o lixo à formação de organizações de catadores de materiais recicláveis

2.1- AS ORIGENS

De acordo com Dias (2002, p. 38), “A relação do homem com o lixo tem variado ao longo da história da humanidade”. As variações significam, por exemplo, que houve momentos em que o padrão era de simplesmente deixar os resíduos no chão das casas ou atirado às ruas, até um sistema exemplar de coleta. Contudo, não há exatamente uma relação cronológica ou mesmo “evolucionista” que organize os exemplos citados. Ainda nos dias atuais, temos essa variabilidade de situações de “convivência” com o lixo.

Do ponto de vista conceitual, porém, no escopo dessa discussão, é importante que se faça distinção entre lixo e resíduos sólidos. Desta forma, temos que

lixo são restos de alimentos, embalagens descartadas, objetos inservíveis misturados e seu destino deve ser, na melhor das hipóteses, o aterro. Quando separamos o lixo em materiais secos e úmidos, passamos a ter resíduos reaproveitáveis ou recicláveis. Tudo aquilo que não pode ser reaproveitado e reciclado é o que denominamos rejeito (Grimberg, 2004, *apud* SILVA, 2007, p. 168).

Ainda para Dias, “A recuperação de materiais a partir do lixo é uma atividade milenar. Há registros arqueológicos que sugerem que a sucata de metal e objetos metálicos inúteis podem ter sido derretidos e reciclados já no ano 2000 a.C.” (DIAS, 2002, p. 39). Evidentemente, há de se pensar que o reaproveitamento de materiais relaciona-se à questões de escassez, quer por conta da natureza do material, de crises provenientes de questões ambientais/ climáticas, guerras, pobreza (muitos dos destituídos de tudo conseguiram e ainda conseguem sobreviver por conta do lixo), entre outras. Outra observação importante nos remete ao fato de que, por exemplo,

Na Índia, os “intocáveis” foram, historicamente, os responsáveis pela coleta do lixo de todas as castas. Na Roma antiga, essa atividade era atribuição dos escravos. Nos países islâmicos, ainda hoje, os não muçulmanos são os responsáveis pelo manejo do lixo. Os autores observam que durante o período entre os séculos XIII e XVIII a demanda por papel era crescente, enquanto que o fornecimento de retalhos usados em sua produção era extremamente baixo, já que face a um quadro de pobreza crônica (na França do século XVIII, por exemplo, cerca de metade de sua população estava condenada à pobreza) as pessoas usavam seu vestuário o máximo possível (Downs; Medina, 2000 *apud* DIAS, 2002, p. 39). (Vide poema de Charles Baudelaire, no “Anexo C”).

Portanto, para a autora, em contextos variados, há uma associação entre o lixo e as pessoas que com ele trabalham, como se fossem seres “inferiores”. Tal associação não se dá apenas pela sociedade civil, mas também pelo poder público que, historicamente, trataram com descaso esse segmento.

De acordo com Cruz e Marques (2007, p. 40), “Ao longo da história, foram construídas diferentes percepções sobre o lixo, ou melhor, sobre os resíduos produzidos pelo homem. Desde a perspectiva religiosa na Idade Média, em que os resíduos eram associados à doença e ao pecado, até uma visão mais ecológica nos nossos dias[...]. Para estes autores, o lixo, entre outras referências, pode ajudar a contar a história da civilização.

Mesmo não assumindo uma transição linear em termos da “evolução de uma forma para outra”, para Velloso (*apud* CRUZ; MARQUES, 2007), há quatro fases mais ou menos identificáveis da percepção social sobre o lixo. A primeira, na Idade Média, estava associada aos resíduos eliminados pelo organismo (fezes, urina, pus, corpo em decomposição). As pessoas relacionavam as doenças ao contacto com doentes que, na maioria das vezes, eram considerados pessoas alvo de castigos divinos. Já a segunda fase é o Renascimento, quando descobertas científicas, particularmente o conhecimento da circulação sanguínea e respiração, puderam ser relacionadas à ideia de higiene nas cidades, com a construção de ruas principais e paralelas mais arejadas e sistema de tubulação para esgoto. A terceira fase surge com o então eminente cientista francês Louis Pasteur, ao final do século XIX, quando descobre que microorganismos eram a causa de inúmeras doenças e deveriam ser combatidos com medidas de higiene e saúde públicas. Na quarta fase, há inúmeras origens para o lixo, tais como, hospitalar, atômico, químico, gases poluentes; a relação entre resíduos e poluição ambiental tem sido a tônica de inúmeros e intensos debates.

Conforme consta no *site* Limpa Brasil, os resíduos produzidos nos primórdios da espécie humana eram basicamente orgânicos e logo eram decompostos pela ação do tempo ao longo da trajetória nômade; posteriormente, com a produção de materiais, tais como cerâmica, construção de moradias, instrumentos para plantio, roupas mais adequadas e avanço da agricultura, a produção de lixo foi aumentando e problemas sérios de saneamento básico foram surgindo com o aumento da população, uma vez que o lixo simplesmente era jogado nas ruas, causando inúmeras doenças por conta da proliferação de microorganismos (o efeito das chuvas, ruas não pavimentadas, eram um cenário perfeito para isso). O exemplo clássico dessa situação foi a peste negra que, na Idade Média, dizimou milhões de pessoas; entre os séculos XIV e XIX, ela matou mais de 350 milhões de pessoas na Europa e Ásia, sendo a maioria, de moradores urbanos. É de se destacar que cidades romanas, particularmente, possuíam ruas pavimentadas e sistema de saneamento; outras coletavam o lixo das casas e os jogavam fora das muralhas da cidade.

A partir da Revolução Industrial, no séc. XVIII, a produção de bens de consumo cresceu grandemente, e a geração e descarte de lixo também. O processo de migração do campo para as cidades trouxe aumento significativo das áreas urbanas; por exemplo, a cidade de Manchester, na Inglaterra, cresceu de quatro mil habitantes em 1790, para trezentos e cinquenta mil pessoas em apenas seis décadas, em 1850. Problemas de toda a ordem surgiram, uma vez que as condições sanitárias eram terríveis, com falta de

esgoto e de abastecimento de água. Somente a partir do séc. XX houve melhoria nesses serviços mas a poluição tornou-se um enorme problema nas cidades industrializadas.

De acordo com o *site* Comgeres, Comunicação em Gestão de Resíduos Sólidos, da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011), o lixo pode ser observado, historicamente, pelos aspectos do resultado do metabolismo humano e pelo “metabolismo social urbano”, uma vez que o homem se apresenta como um “ser social e econômico que exercita seu consumismo”. Como consequência, acaba produzindo um excedente que se converte, tradicionalmente, em um bem desvalorizado. Ainda conforme o referido *site* do Comgeres os primeiros lixões teriam surgido em Atenas e, em 500 a.C., por conta de acúmulo de ratos, baratas e outros insetos, eles passaram a ser cobertos com terra, o que seriam os primeiros aterros controlados que se tem registro. É de se destacar que, à época, o lixo era composto basicamente de material orgânico, ou seja, restos de alimentos, e os depósitos ficavam a aproximadamente 1,6 km dos muros das cidades.

Eigenheer (2009) relata que, normalmente, as pessoas empregadas nas práticas e serviços ligados à limpeza urbana eram os chamados “excluídos sociais”, quais sejam, prisioneiros, estrangeiros, escravos, ajudantes de carrascos, prostitutas, mendigos, entre outros. O autor observa também que, na atualidade, os “socialmente inferiores” acabam se encarregando desses trabalhos. Ainda segundo o autor, no que se refere à coleta de lixo,

As formas de coleta, destino e tratamento de lixo e dejetos não se dão linearmente na história e até numa mesma época não ocorrem de igual modo, [...] Alguns autores costumam iniciar suas discussões sobre lixo a partir da Idade Média, principalmente no período em que há um acentuado declínio das cidades na Europa. Esta posição deixa de lado interessantes e decisivas informações sobre importantes cidades da antiguidade que têm uma contribuição significativa para se entender os princípios da limpeza urbana. Ur, Atenas, Tebas, Roma, entre outras, não podem ser esquecidas. Não se deve perder de vista que algumas delas alcançaram tamanho expressivo e que, certamente, precisavam desenvolver técnicas para cuidar do seu lixo e dejetos (EIGENHEER, 2009, p. 21 e 25).

A quantidade e diversidade de resíduos sólidos foram aumentando por conta do processo de industrialização, da urbanização e do crescimento demográfico, redundando inclusive na produção de novos tipos de resíduos, muitos dos quais nocivos à saúde, o que exigiu tratamento mais adequado à destinação final desses produtos. Figueiredo, 1995 e Rigotto, 2002, *apud* CAVALCANTE; FRANCO (2007, p. 2).

No que se refere ao processo de transformação e aprimoramento da coleta de resíduos sólidos,

Na busca de soluções, várias técnicas para coleta, processamento e disposição final dos resíduos foram geradas ou alteradas, incluindo a criação de aterros controlados, usinas de incineração e compostagem, depósitos de lixo urbano ou lixões e a reciclagem, acompanhada ou não de coleta seletiva do lixo, prática apontada pelos ambientalistas como o

meio mais viável no aproveitamento dos resíduos (Lima, 2000, Ribeiro, 1997, *apud* CAVALCANTE; FRANCO, 2007, p.2).

Com relação aos catadores de resíduos, além da preocupação com a destinação final do lixo e implicações ambientais, existe outro fato de grande complexidade que é a realidade vivida pela população pobre, que acaba sendo atraída para a atividade de catação de lixo por conta do seu alto grau de empobrecimento e falta de perspectiva de melhoria da qualidade de vida por outros meios, uma vez que as barreiras sociais, que a separa de outras camadas produtivas, são significativas (CAVALCANTE; FRANCO, 2007). Evidentemente esse é um processo que tem ocorrido ao longo da história e ainda é uma realidade em grande parte dos países no mundo.

Pode-se observar, portanto, que o surgimento de coleta de resíduos produzidos pelo homem guarda relação com as pessoas que, historicamente, encontram-se na base da pirâmide social, via de regra, destituídas de tudo, e acabam encontrando nesse trabalho a forma de sobreviverem.

A exploração da força de trabalho dos catadores possui raízes históricas que podem ser encontradas na figura do pobre, outrora camponês, nos espaços urbanos das cidades medievais. Percebidos pela sociedade feudal como um “corpo marginal”, este grupo, em consequência do êxodo rural, teve papel expressivo na criação dessas cidades, embora tenha sido destituído de seus direitos mais elementares. Com a ascensão do capitalismo e da cidade burguesa surgida da Revolução Industrial, passou então a ser considerado “massa sobrando”. (Schmitt, 1990, *apud* CAVALCANTE; FRANCO, 2007).

Para Fadini e Fadini (2001, p. 17), entretanto, “A formação de associações e cooperativas de catadores de lixo representa a alternativa de saída do homem dos lixões e o resgate da sua condição de cidadão, com direito a benefícios sociais, educação para os filhos, autonomia administrativa e possibilidade de ascensão social”. Importante observar que cooperativismo/associativismo não são conceitos novos. De acordo com Viana (2012), a cooperação acompanha o ser humano desde a pré-história, uma vez que o trabalho conjunto estava presente na caça, pesca, colheita, habitação e produção de bens. Na antiguidade, como na Babilônia, Egito e Grécia, já havia formas de cooperação nos campos de trigo e artesanato; foram constatadas também a existência de cooperação nas civilizações americanas, Asteca, Maia e Inca.

O cooperativismo, conforme Lima Neto (2003), teria surgido a partir da iniciativa solidária de alguns tecelões ingleses, em dezembro de 1844, que resolveram se unir e fundar um armazém com a finalidade de vender produtos para o consumo doméstico (farinha, manteiga e açúcar, inicialmente), uma vez que vinham sofrendo fortemente o impacto resultante do liberalismo econômico da época. O armazém cooperativo foi fundado em Rochdale-Manchester, ao noroeste da Inglaterra e passou a se chamar “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda”. Importante destacar que, antes até da constituição dessa cooperativa, trabalhadores já vinham se reunindo na tentativa de conjugação de esforços, uma vez que a “Revolução Industrial”, por conta da substituição

de homens por máquinas, e pelas precaríssimas condições de trabalho e baixos salários nas fábricas, minavam os empregos e trabalho da população.

As cooperativas de catadores de material reciclável são classificadas como cooperativas de trabalho. Essas que, de acordo com Viana (2012), são

Cooperativas que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos.

As cooperativas de trabalho são constituídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma. Este é um segmento extremamente abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem se organizar em cooperativas de trabalho. (VIANA, 2012, p. 3).

Dentro da organização de catadores de material reciclável, que, conforme consta no *site* do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (2012), o dia 1º de Março é considerado o Dia Mundial dos Catadores, em memória ao massacre ocorrido na Colômbia em março de 1992, quando onze corpos de catadores foram encontrados. Eles teriam sido vítimas de espancamento e tiros. Todos eram catadores informais e foram assassinados por funcionários do Poder Universidade Livre de Ottawa (Ottawa University). Os catadores foram enganados pelos funcionários (foram recolher material reciclável) e acabaram espancados e filmados com a finalidade de venda de seus corpos para pesquisa e tráfico de órgãos. Uma das vítimas acabou sobrevivendo, após fingir-se de morto e denunciou o ocorrido.

Assim, de acordo com o referido *site*, dados do Banco Mundial indicam a existência de 15 milhões de pessoas que vivem da reciclagem no mundo, sendo que o Dia Mundial dos Catadores representa a luta dessas pessoas por melhores condições de trabalho e de vida. O desenvolvimento associativo dos catadores vem conquistado reconhecimento internacional, saindo da posição histórica de dependência do poder público, para serem protagonistas no que se refere à geração de emprego e renda, bem como das políticas socioambientais tão propaladas atualmente (BARROS; PINTO, 2008).

2.2 - NO BRASIL

O Brasil, país de dimensões continentais, apresenta inúmeras realidades no que refere à questão da limpeza urbana. Mesmo assim, historicamente, conforme Eigenheer (2009), “Notícias de viajantes e documentos disponíveis mostram que o padrão higiênico das cidades brasileiras nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX deixava muito a desejar. No início do século XIX, John Luccock observa em relação ao Rio de Janeiro”:

Se dos dormitórios continuarmos para a cozinha, outras inconveniências não se farão esperar. Entre as piores, acha-se uma tina destinada a receber todas as imundícies e refugos da casa; que, nalguns casos, é levada e esvaziada diariamente, noutros somente uma vez por semana, de

acôrdo com o número de escravos, seu asseio relativo e pontualidade, porém sempre que carregado, já sobremodo insuportável. Se acontece desabar um súbito aguaceiro, logo surgem em geral essas tinas, despeja-se-lhes o conteúdo em plena rua, deixando-se que a enxurrada o leve. Nas casas em que não se usa desses barris, toda espécie de detrito é atirada ao pátio, formando uma montoeira mais repugnante do que é possível a uma imaginação limpa fazer idéia. E ali fica, ajudando a criar os insetos e originando doenças, à espera de que as chuvas pesadas do clima tropical a levem. A água que cai no pátio, depois de assim impregnada, encaminha-se para a rua, por meio de canais que passam por debaixo do assoalho da casa, ou para dentro de um poço escavado bastante fundo para que comunique com a camada arenosa inferior ao nível das águas altas, em que se dissolve, ou através da qual uma parte encontra caminho para o mar. (Luccock, 1951, *apud* EIGENHEER, 2009, p. 94).

Ainda para Eigenheer (2009), “Os escravos, conhecidos não apenas por tigres, mas também por cabungos, que transportavam as imundícies, são, portanto, decisivos para o entendimento da limpeza urbana no Rio de Janeiro. Era folclórico o trabalho dos tigres!”

A repugnante tarefa de carregar lixo e os dejetos da casa para as praças e praias era geralmente destinada ao único escravo da família ou ao de menor status ou valor. Todas as noites, depois das dez horas, os escravos conhecidos popularmente como “tigres” levavam tubos ou barris de excremento e lixo sobre a cabeça pelas ruas do Rio. Os prisioneiros realizavam esses serviço para as instituições públicas. (Karasch, 2000, *apud* EIGENHEER, 2009, p. 95).

Eigenheer (2009) observa, portanto, a absoluta inadequação do sistema de saneamento e do acondicionamento e transporte que acabavam ocasionando constantes acidentes.

Esses barris são geralmente de madeira. Os tampos inferiores na parte onde se firma a cabeça, com a infiltração constante da umidade, não raro, apodrecem, enfraquecendo a sua natural resistência. Um belo dia – catrapuz – a tábua carcomida desloca-se, parte-se e a extremidade circular do barril vem como um colar sobre o pescoço do negro. Esse desastre, que provoca sempre a alegria e o clamor dos outros negros, é comuníssimo até pelas ruas mais centrais, de maior trânsito, passagem obrigatória desses indesejáveis recipientes, afetando a forma estética de vaso grego; ânfora, porém, onde se não guardam perfumes...(EDMUNDO, 2000, *apud* EIGENHEER, 2009, p. 98).

Conforme Miziara, 2008, *apud* site COMGERES (2011, p. 3), efetivamente, a preocupação pelo Brasil na questão do lixo inicia-se a partir do século XIX, quando há a vinculação dele com a existência das epidemias. Somente a partir daí normas foram estabelecidas, uma vez que os locais de destino dos resíduos, pejorativamente, eram chamados de becos, buracões, ribanceiras. O vínculo do lixo com as epidemias tornaram-se preocupação das autoridades que relacionavam a situação como causa e efeito, de modo que as atividades ligadas ao tratamento ou destinação dos resíduos eram consideradas

perigosas, ao ponto de os carroceiros, sucateiros e outros trabalhadores que viviam do lixo, serem considerados uma ameaça à ordem pública.

Antelo, 1997 *apud* ROMANSINI (2005) cita o poeta João do Rio, que viveu no Rio de Janeiro no início do séc. XX. João do rio era um observador do cotidiano dos excluídos e demonstrava espanto pelos paradoxos de uma cidade que passava por uma reforma urbana, promovida pelo prefeito da época, Pereira Passos onde, por uma lado a existência de grandes indústrias, ruas com automóvel (símbolo de progresso) se juntavam à contradição da enorme pobreza de parte da população.

Coitados! Andam todos na dolorosa academia da miséria, e, vê tu, até nisso há vocações! Os trapeiros, por exemplo, dividem-se em duas especialidades: a dos trapos limpos e a de todos os trapos. Ainda há os cursos suplementares dos apanhadores de papéis, de cavacos e de chumbo. Alguns envergonham-se de contar a existência esforçada. Outros abundam em pormenores e são um mundo de velhos e desiludidos, de mulheres gastas, de garotos e de crianças, filhos de família, que saem, por ordem dos pais, com um saco às costas, para cavar a vida nas horas da limpeza das ruas. (Antelo, 1997, *apud* ROMANSINI, 2005, p.3)

Muito embora a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis (que são cooperativas de trabalho) tenham surgido no Brasil apenas ao final da década de 1980, de acordo com o *site* da cooperativa Coolabora,

As cooperativas de trabalho surgiram no Brasil em 1932 pelo Decreto n. 22.239/32, este decreto foi revogado em 1966 pelo Decreto-Lei n. 59/66, porém não houve regra posterior proibindo a formação de cooperativas de trabalho. Atualmente a Lei n. 5764/71, a chamada Lei das Cooperativas, dispõe em seu art. 5º “As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade...”, o art. 86 estabelece que as cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados. (*site* COOLABORA, s/p).

Ainda, de acordo com o referido *site*, o cooperativismo no Brasil inicia-se quando da fundação das primeiras organizações jesuíticas, no ano de 1610, servindo de exemplo de sociedade solidária, trabalho coletivo, bem-estar do indivíduo e da família, por mais de 150 anos. O movimento cooperativista propriamente dito teria surgido a partir do médico francês Jean Maurice Faibre, que era adepto das ideias reformadoras de Charles Fourier, com a formação com grupos europeus, da colônia Tereza Cristina, nos sertões do Paraná.

A primeira cooperativa do Brasil teria surgido no final do séc. XIX, na cidade de Limeira, São Paulo, em 1891, sob a denominação de Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica (CASTRO, 2012). A partir das décadas de 1950 e 1960 a expansão cooperativista teria se dado particularmente no Rio Grande do Sul.

No que se refere particularmente aos catadores de material reciclável, para Silva (2006), o trabalho de catação (que é a separação dos diferentes tipos de materiais que compõem o lixo, tais como vidro, metais, papel, plásticos, destinados à reciclagem),

iniciou-se na década de 1950, ampliando-se nas décadas seguintes por conta do aumento do desemprego.

No Brasil, a partir da década de 1990, uma modalidade importante de programa de coleta seletiva consiste em iniciativas nas quais o poder público estabelece parcerias com catadores organizados em cooperativas/associações. Após quase duas décadas, constata-se que esses programas multiplicaram-se pelo país e se tornaram um modelo de política pública de resíduos sólidos, com inclusão social e geração de trabalho para a população de baixa renda. As experiências estão disseminadas por todos os estados brasileiros (IBGE, 2000), e os modelos de parceria adotados variam de acordo com as realidades locais. Diversos fatores contribuíram para esta nova realidade. Com a volta das eleições diretas, na década de 1980, abriu-se espaço para novas propostas de gestão municipal, baseadas na valorização da mobilização social e na incorporação de temas sociambientais. Para Jacobi (1999), a vitória de partidos progressistas em cidades brasileiras, em 1988, possibilitou uma efetiva participação social no processo de tomada de decisão de políticas públicas municipais. Na mesma direção, Farah (1999) argumenta que os governos locais contribuíram para a formatação de novos arranjos institucionais e de novos processos de gestão. O empoderamento da sociedade civil no Brasil, após a constituição de 1988, e seu apoio a grupos de catadores foram essenciais nesse processo de interlocução. (RIBEIRO *et alii*, 2009, p. 11).

Além dos aspectos citados acima, os autores também destacam a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, a Rio 92, bem como a publicação da Agenda 21, que foi produzida nesse evento, como de grande importância pelo estímulo à redução da produção de resíduos na fonte geradora e a destinação a lixões e aterros. Isso se deu por meio da implantação e implementação de programas de coleta seletiva e educação ambiental que passaram a integrar a agenda dos movimentos sociais, do poder público e de diversos segmentos da sociedade, inclusive com o reconhecimento dos catadores de material reciclável como um dos atores centrais desses programas.

De acordo com a Pastoral do Povo de Rua, existem, basicamente, três tipos de catadores de lixo, quais sejam, os chamados “formiguinhas” ou catadores de rua, que recolhem material diretamente das ruas ou dos usuários, separando o lixo das lixeiras nas calçadas, depositando e transportando a coleta nas conhecidas carrocinhas; há os que trabalham em usinas de triagem, incineração e desidratação e, por último, os que trabalham diretamente nos lixões recolhendo materiais, tais como, alimentos, papel, papelão, alumínio, ferro, vidro, entre outros, vendendo, posteriormente, para donos de depósitos de lixo (CAVALCANTE; FRANCO, 2007).

Importante destacar que tanto o cooperativismo quanto o associativismo, ao menos no caso dos catadores de material reciclável, nascem como resposta a problemas históricos de desemprego, da mão-de-obra relegada por problemas de competências exigidas no mercado extremamente exigente e competitivo e, porque não dizer, do

preconceito que assola inúmeros excluídos da sociedade. Por essa razão que essas formas de cooperativismo e associativismo ligaram-se política e economicamente a alguns movimentos, que tentam ressaltar o caráter solidário que empreendimentos sociais diversos devem assumir. Conforme Kemp, “Os empreendimentos da economia solidária organizam-se e assumem um papel cada vez mais relevante no contexto das profundas transformações que vêm ocorrendo, nas últimas décadas, na economia mundial [...]” (KEMP, 2008, p. 23). Essas transformações, inclusive acabam por exercer influência nas políticas públicas e na própria visão que a sociedade possui dos catadores, uma vez que é fundamental o apoio do Poder Público para o sucesso das ações, além da sociedade em geral que deve contribuir positivamente. Isso se deve ao fato de que o tema dos resíduos sólidos, do meio ambiente e da sustentabilidade são indissociáveis da realidade vivida hoje, não somente no âmbito local, mas também mundial. Ademais, a possibilidade de geração de emprego e renda e condições mais dignas a um grupamento historicamente alijado de direitos fundamentais, também guardam grande relevância a qualquer política pública minimamente preocupada com aqueles que outrora eram vistos apenas como estorvo, como um problema a ser eliminado.

Não é possível tocar no problema dos agrupamentos de catadores, sem mencionar as populações que vivem nas ruas, uma vez que há estreita relação entre eles. População de rua seria:

[...] um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no processo de construção de saída das ruas. (SILVA, 2006, p. 105).

São apontadas três formas básicas de permanência da pessoa na rua, quais sejam:

- a) as pessoas que **“ficam na rua”**: numa perspectiva circunstancial, que advém da precariedade da vida do indivíduo. Tal situação é desencadeada por vários fatores, individualmente ou em conjunto: desemprego por tempo prolongado, migração recente e busca de tratamento de saúde ou por parentes, entre outros. Por medo da violência e em função da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam pernoitar em rodoviárias, albergues ou locais públicos de maior movimento;
- b) as pessoas que **“estão na rua”**: são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, justamente por isso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem ou trabalham na rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com alguma obtenção de renda. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores

de carga e catadores de papéis ou latinhas. Geralmente, apresentam-se como desempregados e têm locais que mantêm como referência de endereço (ocupações, malocas, cafofos, etc);

c) as pessoas que “**são da rua**”: grupo formado por aqueles que já estão há muito tempo na rua e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e outras drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência. (Vieira *et al.*, 1992 *apud* ANDRADE; FIGUEIREDO; FARIA, 2008, p. 51).

Os autores supracitados relatam o quanto o desemprego estrutural e ampliação da exclusão social provocaram alterações intensas nas populações em situação de rua nas cidades brasileiras. O “povo da rua” sempre teve que enfrentar, por parte das administrações públicas, políticas mais simplistas de “solução” para a situação enfrentada por esse segmento da sociedade, tais como: “políticas higienistas” e repressivas (prisões, ameaças, “incentivos” para retornarem a cidade de origem, quando fosse o caso, entre outras); é de se destacar também que, ainda hoje, não é incomum notícias na mídia relatando casos de violência contra moradores de rua, muitas vezes, levando-os à morte. Os autores destacam também que a evidenciação apenas do lado perverso da situação da população de rua ocultava a formação de um movimento social que demandou e influenciou políticas e programas específicos, hoje apoiados pelo poder público, organizações não governamentais - ONGs e a sociedade em geral (embora, ainda muitíssimo tímido na maioria das regiões brasileiras). O processo de organização da população em situação de rua dos municípios de Belo Horizonte e São Paulo, que tem início na década de 1980, e que culminou com a criação do Movimento Nacional da População de Rua, nos anos 2000 que, por sua vez, influenciou inúmeras cidades brasileiras no processo associativo e organizativo (ANDRADE; FIGUEIREDO; FARIA, 2008).

Ainda, segundo os autores supracitados, os cinco períodos da história organizativa da população de rua da capital mineira foram as seguintes: Final dos anos 1980: a inserção da Pastoral de Rua junto aos moradores em situação de Rua de Belo Horizonte; Anos 1990-1992: priorizando a organização dos “catadores históricos” – a fundação da Asmare; Anos 1993-1996: ampliando o trabalho com os “outros” segmentos da população de rua – a criação do Fórum de População de Rua; Anos 1997-2001: os dilemas da parceria com o Poder Público e a busca de maior legitimação do Movimento da População de Rua de Belo Horizonte; Anos 2002-2007: ampliação da visibilidade nacional e fundação do Movimento Nacional da População de Rua. (para o documento completo consultar o “Apêndice C” deste trabalho).

Assim, apesar do que podemos considerar uma evolução do processo organizativo e do reconhecimento de importantes movimentos, como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR e do Movimento Nacional de População de Rua – MNPR, muito ainda há a ser realizado para maior aproveitamento dos materiais recicláveis e aprimoramento das diversas organizações de catadores. O *site* www.lixo.com.br apresenta dados relevantes como, por exemplo, a pesquisa realizada pelo

IBGE em 2000 (Pesquisa Nacional de Saneamento Básico) apontava que no Brasil coletava-se diariamente 125.281 mil toneladas de resíduos domiciliares e que 52,8% dos municípios brasileiros depositavam seus resíduos em lixões; já, de acordo com o contido no *site* Ciclovivo (2011), pesquisas realizadas pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – Abrelpe indicam que, em 2010, foram produzidos diariamente no Brasil 195 mil toneladas de resíduos. Atualmente a estimativa é de que 1 em cada 1000 brasileiros é catador (o que significa, mantida a proporção, que há atualmente em torno de 190.000 catadores no País) e que 3 em cada 10 catadores gostariam de continuar na cadeia produtiva da reciclagem (em torno de 57.000 mantida a proporção com dados populacionais de 2010), mesmo que tivessem outra alternativa. Os catadores podem ser classificados em: trecheiros, que vivem no trecho entre uma cidade e outra, catam lata para comprar comida; catadores do lixão, catam diuturnamente, fazem seu horário, catam há muito tempo ou somente quando estão sem outros serviços (em obras, como serventes, por exemplo); catadores individuais, catam por si, preferem trabalhar de forma independente, puxam carrinhos muitas vezes emprestados pelo comprador que é o sucateiro ou deposista; catadores organizados, grupos autogestionários onde todos são donos do empreendimento, legalizados ou em fase de legalização como cooperativas, associações, ONGs.

Dados do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável - MNCR indicam que no Brasil existem de 600 mil a um milhão de pessoas exercendo a atividade de catação, sendo que a minoria está organizada em cooperativas (ACCIOLI *et al.*, 2011). Para o MNCR, em torno de 80% ainda vivem da coleta individual, em ruas ou lixões.

Apesar de já citado anteriormente, cumpre a observação de que o catador é um sujeito que, historicamente, no âmbito mundial, retira seu sustento do lixo, sendo que, muito embora o modelo associativista venha evoluindo (criação de associações e cooperativas de catadores), há diversos tipos de organizações, em diferentes estágios de desenvolvimento. Ainda conforme o *site* lixo.com.br:

Dentre os Catadores organizados ou em organização existem os

Grupos em organização: com pouco ou nenhuma infra-estrutura, muita necessidade de apoio, e vontade de trabalhar em grupo e se fortalecerem.

Catadores organizados autogestionários: grupos que funcionam como cooperativas de fato onde decisões são tomadas de modo democrático, as vendas e os resultados são de domínio de todos graças a transparência das informações que muitas vezes são afixadas na parede – o valor da venda, dos descontos, as atas das reuniões, etc. Não há uma liderança única da qual dependam todas as decisões e todos os associados representam o empreendimento como dono.

Redes de cooperativas autogestionárias: A idéia de rede é uma forma de fortalecer os grupos na busca de quantidade, qualidade e frequência que são algumas das imposições do mercado da reciclagem. Em rede os grupos podem vender por melhores preços por terem juntos maiores quantidades e aqueles que não tem prensa podem enfardar o material. Em rede os grupos também podem se organizar para otimizar a coleta e realizarem inclusive coleta de outros materiais como óleo de cozinha, alimentos, entre outros.

E há também as

Coopergatos: Grupos não autogestionários, que tem um dono, onde um manda e todos obedecem e funciona como uma empresa privada só que sem os benefícios sociais que uma empresa privada teria que dar.

Cooperativas de Sucateiros: Alguns sucateiros que, nem sempre, mas frequentemente tem com catadores relações pra lá de exploratórias; percebendo vantagens junto a políticas públicas se regularizam legalmente como cooperativas mas funcionam como empresa privada, sob a fachada do cooperativismo. Infelizmente esse padrão é bastante frequente.

Cooperativas de apoiadores: Grupos de catadores organizados por pessoas que não tem histórico na catação e se auto-declaram catadores (mas tem perfil de apoiador) para exercer uma liderança sem nenhum compromisso com o processo emancipatório dos catadores. Apoiadores só deveriam fazer parte de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis se fosse no conselho consultivo, sem direito a voto e sem direito a renda. (*site lixo.com.br*, 2012).

Acessando a enciclopédia colaborativa Wikipédia, na busca de uma definição sobre qual é a situação dos catadores de material reciclável, encontra-se o seguinte:

Situação 1: Grupo formalmente organizado em associação ou cooperativa com prensa, balança, carrinhos e galpão próprios, com capacidade de ampliar sua estrutura física e de equipamentos a fim de absorver novos catadores e criar condições para implantar unidades industriais de reciclagem. Nesta situação as cooperativas já estão prontas para a verticalização da produção de materiais recicláveis. As cooperativas nesta situação devem ser vistas como importantes vetores de inclusão social.

Situação 2: Grupo formalmente organizado em associação ou cooperativa, contando com alguns equipamentos, porém precisando de apoio financeiro para a aquisição de outros equipamentos e/ou galpões. As cooperativas deste grupo estão numa fase intermediária – com falta de alguns equipamentos para poder expandir a produção – necessitando de reforço de infra-estrutura para ampliar a coleta e assim formalmente incluir novos catadores de materiais recicláveis.

Situação 3: Grupo em organização, contando com poucos equipamentos – alguns de sua propriedade – precisando de apoio financeiro para a aquisição de quase todos os equipamentos necessários, além de galpões próprios. O estabelecimento formal de sua cooperativa significará a inclusão de novos postos de trabalho para catadores de materiais recicláveis.

Situação 4: Grupo desorganizado – em rua ou lixão – sem possuir quaisquer equipamentos, e frequentemente trabalhando em condições de extrema precariedade para intermediários. É necessário apoio financeiro para a montagem completa da infra-estrutura de edificações e de equipamentos. O estabelecimento formal de sua cooperativa significará a inclusão de novos postos de trabalho para catadores de materiais recicláveis. (Wikipédia, Catadores de material reciclável, 2012).

No mesmo “verbete”, as situações acima (número de associados e grupos vinculados ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR) podem ser distribuídas da seguinte forma:

Quadro 1 – Distribuição dos catadores de material reciclável de acordo com o grau de organização das cooperativas/associações:

situação	número de associados	percentual	número de grupos	percentual
situação 1	1.381	4%	24	7%
situação 2	2.753	8%	70	21%
situação 3	5.720	16%	122	37%
situação 4	25.783	72%	115	35%
total	35.637	100%	331	100%

Fonte: Wikipédia

No mesmo *site*, “A maioria das experiências de organização de catadores nas diversas regiões do País tem tido o apoio do Fórum de Estudos sobre População de Rua por meio das entidades que o compõem” (Catador de material reciclável, 2012, p.3). Algumas dessas entidades são: a Organização de Auxílio Fraterno-OAF, a Pastoral de Rua de Belo Horizonte, a Cáritas Brasileira, a Pangea-Centro de Estudos Socioambientais, entre outras. Esse Fórum é o responsável pela organização de encontros e seminários nacionais e tem buscado a ampliação do apoio às organizações de catadores na busca de referenciais teórico-práticos inovadores. A Pastoral de Rua, em Belo Horizonte, foi a precursora no apoio à organização de catadores desde o final da década de 1980; criou-se o Centro de Apoio ao Povo da Rua que continua o trabalho iniciado pela Pastoral.

Porém, um marco importante se deu em Brasília, nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, quando foi realizado o I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, com a presença de 1.700 participantes, entre catadores que atuam nas ruas das cidades, nos lixões, técnicos e agentes sociais (Catador de material reciclável, p. 3 a 8). O apoio se deu também, com entidades, tais como Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE, Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - CERIS, Cáritas Brasileira, Ministério do Meio Ambiente, entre outras. Desse encontro resultou a “Carta de Brasília” que, conforme consta no site do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, levou a produção de um texto que expressa a linha mestra da luta dos catadores em todo o País, com propostas de repasse de recursos aos catadores, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos, promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua, entre diversas outras proposições. (para o documento completo, consultar o “Apêndice D” deste trabalho).

No I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis foi eleita a Comissão do Movimento Nacional de Catadores de materiais Recicláveis, formada por 25 lideranças de catadores de várias regiões do Brasil. Nessa Comissão foram discutidos temas, tais como: a relação dos catadores com o mercado e a sociedade, a necessidade de políticas públicas adequadas para solução dos problemas ambientais e sociais, e o aprofundamento do debate sobre a atuação dos catadores como agentes de transformações sociais. A partir do referido encontro de Brasília, a Comissão do Movimento Nacional de Catadores de

Materiais Recicláveis tem promovido encontros em diversas regiões do País, com o objetivo de fortalecimento das associações e cooperativas, bem como o apoio à criação de novas entidades (Catador de material reciclável, p.3).

O I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis também marca a fundação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que, conforme contido no próprio *site* do Movimento, havia surgido em meados de 1999, com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. A partir daí é realizado o 1º Congresso Latino-Americano de Catadores, no município de Caxias do Sul (RS), onde foi divulgada a “Carta de Caxias”, explicitando a situação dos catadores da América-Latina e unificando a luta entre os países. Em 2006 o Movimento realiza uma marcha até Brasília, com a presença de aproximadamente 1.200 catadores, levando diversas demandas ao Governo Federal.

Atualmente, o Movimento Nacional dos Catadores continua atuando em todo o País, com intenso trabalho tanto nas bases do movimento quanto nos diversos escalões políticos, sempre buscando a melhoria das condições das organizações de catadores.

2.3 - NA CAPITAL DE SÃO PAULO

De acordo com Pereira (2005), “a produção de resíduos no Brasil começa provavelmente durante a colonização que se iniciou pela região sul e sudeste, na capitania de São Vicente, província de São Paulo, pelas cidades do Rio de Janeiro e outros sítios históricos” (PEREIRA, 2005, p. 11.744). Ainda, segundo a autora, o documento mais antigo encontrado no Brasil sobre saneamento refere-se à poluição do solo. Esse documento é de 12 de setembro de 1556, a “Acta da Câmara de Santo André da Borda do Campo”, assinada pelo alcaide-mor João Ramalho.

E logo na dita Câmara acordaram o requerimento do procurador do Conselho de Oficiais em como havia roças ao longo do caminho desta vila e serventias e o tapavam e mandaram que com a pena de dois tostões a metade para o Conselho e a metade para quem o demandar que dentro em quinze dias os mande limpar as suas testadas das suas roças.

Ainda conforme Pereira, “os editais das câmaras da Vila de Piratininga no século XVII solicitavam que todos que tivessem chão ao longo da vila, os mandassem carpir e limpar, dentro de oito dias, com penas de mil réis para os transgressores” (PEREIRA, 2005, p. 11.744). Vários editais foram publicados no período de 1721 a 1737 relativos à remoção do lixo na cidade de São Paulo.

O texto do edital de 15 de outubro de 1722 assim está redigido: “Os oficiais do senado da Câmara desta cidade de São Paulo que presente ao servimos pela ordenação de sua Majestade que Deus guarde, fazem saber a todos os moradores desta cidade, de que qualquer qualidade e condições que sejam, que daqui em diante façam botar os ciscos e os seus lixos de suas casas nas paragens declaradas, a saber, nas covas que ficam abaixo das casas de Garcia Roiz velho e nas covas que estão atrás da

Misericórdia Nova e nas covas que estão defronte de Santa Tereza e somente o façam nestas paragens e as pessoas que fora destes lugares botarem os tais lixos serão condenadas por cada vez em seis mil réis sem que lhes sirva de desculpa o ignorem onde seus servos botam os tais lixos, pois deverão examinar e fazer executar como pelo que o presente quartel ordenamos”. (PEREIRA, 2005, p. 11744).

Muito embora diversas medidas tenham sido adotadas, a má limpeza das ruas permanecia. Pereira (2005) destaca que ao final do séc. XIX, em 1880, próximo ao nascimento da república e final do período imperial, é publicado o primeiro Código de Posturas do Município de São Paulo, em 06 de outubro. O Título V trata da limpeza e desobstrução das ruas e praças, conservação das calçadas e outras disposições em benefício dos habitantes, ou para o “aformoseamento” da cidade e povoações do município. Ainda, de acordo com a autora, no distrito de Pinheiros, no ano de 1900, foi construído um incinerador para queimar ratos, tal o problema de saúde provocado pelo lixo; inclusive, um artigo publicado no jornal O Correio Paulistano, de 31 de dezembro de 1900, relatava a compra de roedores “por 100 réis o espécime”.

É de se destacar que a situação de São Paulo, a exemplo de outros grandes municípios, agravou-se nas últimas décadas por conta do adensamento populacional, que se deu de forma desorganizada, tendo como consequência a dificuldade de adequação de áreas para aterros sanitários e substancial aumento de lixo. Ao mesmo tempo, surge também a população que se direcionou à atividade de catação de alimentos e materiais retirados de lixos e lixões por conta dos graves problemas sociais advindos da situação mencionada, qual seja, o crescimento desordenado, a ausência de planejamento por parte do Poder Público, entre outros. Um fato curioso é relatado por Pereira (2005), a respeito de uma manchete do Jornal de Tarde, de junho de 1992, sobre um cidadão vindo do Mato Grosso do Sul para São Paulo, de nome Jorge Vieira que, a exemplo de tantos outros, vivia de restos de alimentos retirados do lixo e, posteriormente, teria se tornado um rico empreendedor, com o fruto da catação seletiva de materiais reciclados, recebendo a alcunha de “Rei do Lixo”.

Contemporaneamente, a questão dos resíduos em São Paulo é um desafio a ser enfrentado pois, a cada dia, a cidade recolhe 15 mil toneladas de lixo, o equivalente a seis estádios do Morumbi lotados, sendo que esse material todo é transportado para dois aterros sanitários na própria Capital, o Bandeirantes e o São João, e que em três anos estarão com a capacidade completamente esgotada (PEREIRA, 2005). Para a autora, dentro desse enorme desafio para a cidade, um emblemático acontecimento ocorreu em fevereiro de 2004, com a implantação, pelo Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo - LIMPURB, na região do Sambódromo, da coleta de resíduos durante o período do carnaval, quando foram recolhidos 165 toneladas de resíduos, além de 60 toneladas de materiais recicláveis, destinados a onze cooperativas de ex-catadores que trabalhavam no Programa de Coleta Seletiva Solidária da Prefeitura Municipal de S. Paulo. Outro fato importante, trata-se da Lei n. 13406, de 09 de agosto de 2002, que aprovou o plano de obras e serviços para o ano de 2003, em que a população, por meio de assembléias do

Conselho do Orçamento Participativo, definiu as prioridades da cidade de São Paulo, sendo que ela foi dividida em nove macrorregiões coordenadas pelas Subprefeituras: Norte, Noroeste, Sul1, Sul2, Sudeste, Leste1, Leste 2 e Centro. A consulta à população resultou em votação de cinco prioridades: coleta seletiva, 22%; educação ambiental, 17%; canalização de córregos, 12%; reciclagem de entulho, 11%; criação de novos parques, 10%.

Outro importante relato mencionado por Pereira (2005) auxilia na ilustração de parte da história dos aterros sanitários da Capital de São Paulo, na figura de um funcionário da Prefeitura Municipal da cidade que trabalhou na coleta de lixo na década de 1960, o senhor Gérson Camilo. Ele laborou na Autarquia de 03 de janeiro de 1961 até o ano de 1967. Na época os coletores de lixo eram chamados de “bate-lata”, pois o costume era de colocar os resíduos em latas que ficavam na porta dos imóveis e eram jogados no caminhão da Prefeitura e, para a total retirada do lixo, batia-se no fundo da lata, daí a origem do apelido dado aos trabalhadores. Na época, a coleta era diurna (diferentemente de hoje em que, prioritariamente, é realizado no período noturno), sendo que a Prefeitura possuía aproximadamente setenta caminhões que se valiam de um motorista e três ajudantes. Esses trabalhadores aproveitavam materiais como ferro, alumínio, cobre, vidro, entre outros, e vendiam para obterem “alguns trocados”; inclusive, até o lixo orgânico podia ser vendido a criadores de porcos de diversas regiões da cidade. A perspectiva desses trabalhadores, entretanto, era bastante limitada; a facilidade de acesso a bares (onde frequentemente ganhavam café, refrigerante, lanches e aguardante em troca da busca do lixo no interior dos estabelecimentos que evitavam deixar latões de lixo na porta), contribuía para o desenvolvimento do alcoolismo e quase todos se aposentavam como trabalhadores braçais. O senhor Gérson relata também que o aterro sanitário da Vila Guilherme era o grande “lixão de São Paulo” e que diversas regiões do entorno foram aterrados com lixo. No término da jornada do Sr. Gérson como coletor de lixo, em 1967, a Prefeitura já contava com aproximadamente cento e cinquenta caminhões e aproximadamente seiscentos funcionários entre motoristas e ajudantes.

A partir do relato apresentado, pode-se observar que o trabalho dos coletores de lixo da Prefeitura em parte confundia-se com o dos catadores individuais ou, eventualmente, com o de algumas organizações de catadores existentes na época, uma vez que todos aproveitavam materiais encontrados nas ruas e nas portas dos imóveis, inclusive resíduos orgânicos, para obterem alguma renda ou renda extra. Apesar de possuírem emprego, os próprios trabalhadores da Prefeitura eram vistos como um grupo socialmente inferiorizado; o preconceito ou o sentimento de comiseração era fato, tanto é que se dizia, de forma jocosa, mas com forte teor preconceituoso, que a sigla PMSP estampada nos caminhões de coleta de lixo da Prefeitura Municipal de São Paulo, significava “pobre mendigo sem pão”.

A situação apresentada denota as relações do Poder Público com os catadores, particularmente os que moram nas ruas, sem qualquer forma de organização, destituídos de

qualquer apoio. Mostra também a relação com os próprios funcionários da Prefeitura que se valiam de material passível de reaproveitamento, sem nenhuma intervenção da Autarquia Municipal ou maior preocupação com a destinação final dos resíduos produzidos em uma metrópole em permanente crescimento. Nessa realidade, o destino dos resíduos deveria ser um só: o aterro municipal. Ribeiro *et alii* (2009), relatam o potencial de aproveitamento de material que havia na década de 1990.

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e seus 18 milhões de habitantes são responsáveis por cerca de 13% dos resíduos sólidos domiciliares coletados no Brasil (IBGE, 2000). Desse total, 30% poderiam potencialmente ser reaproveitados, desde que separados na fonte geradora e coletados seletivamente para serem encaminhados para reciclagem, poupando recursos naturais e promovendo assim o aumento da vida útil dos aterros sanitários e a geração de trabalho e renda. (RIBEIRO *et alii*, 2009, p. 11).

Todavia, essa realidade começa a mudar a partir de dois emblemáticos acontecimentos. Para os autores citados, o novo contexto, que tem como marco a Constituição de 1988 e o evento Rio-92, com a consequente maior participação do poder público, do apoio e ações dos movimentos sociais, e do processo educacional ambiental, foram fundamentais para que os catadores de material reciclável passassem a integrar, ainda que de forma frágil, o sistema de gerenciamento de resíduos sólidos em alguns municípios ao final da década de 1980 e início de 1990. Para Besen (2006), *apud* RIBEIRO *et al.* (2009, p. 12), “associações como a Cooperativa dos Catadores de Papel e Papelão (Coopamare), em São Paulo, ou a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), em Belo Horizonte, aliadas aos movimentos sociais, abriram uma nova perspectiva para a relação do poder municipal com os grupos organizados de catadores”. Importante salientar que a Coopamare é considerada a primeira cooperativa de catadores surgida no Brasil, em 1989.

Outro acontecimento de extrema relevância se dá quando

Em 1999, a UNICEF indicou e apoiou o Instituto Pólis para atuar como co-promotor junto à Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo na estruturação de ações e estratégias para erradicação do trabalho de crianças e adultos no lixão do Alvarenga. O lixão, localizado em uma área de proteção de mananciais, à beira da represa Billings, na divisa entre os municípios de São Bernardo do Campo e Diadema é um dos maiores lixões da América Latina, com 40 hectares de lixo a céu aberto. A experiência de São Bernardo foi fundamental para a decisão do Instituto Pólis de tomar a iniciativa de criar uma rede que fizesse avançar a concepção de gestão de resíduos em São Paulo tendo como desafio, agora, pressionar coletivamente por uma política pública que integrasse os milhares de catadores de rua que atuavam de forma organizada ou não sem que, até então, tivessem o apoio e reconhecimento do governo e da sociedade de sua contribuição para a destinação sustentável de resíduos na cidade. Cabe salientar que, neste momento, existiam algumas iniciativas de organização de catadores na cidade, mas praticamente sem articulação entre si. A referência mais forte da organização de catadores

era a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), criada em 1989. (GRIMBERG, 2007, p. 23).

A partir desse contexto, o Instituto Pólis reuniu diversas entidades, tais como cooperativas de catadores, organizações não governamentais – ONGs e fundações promotoras do desenvolvimento social com o intuito de elaborarem propostas para melhoria das questões ambientais e sociais que estivessem vinculadas à produção e recuperação de resíduos sólidos do município de São Paulo (GRIMBERG, 2007). A partir de eventos elaborados pelo Instituto Pólis, com o apoio da Fundação Friedrich Ebert, como, por exemplo, uma oficina criada em março de 2000, com a participação de várias organizações nacionais e internacionais de relevância, tais como: Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, COOPAMARE, Fundação ABRINQ, Greenpeace, Organização de Auxílio Fraternal – OAF, Água e Vida, Compromisso Empresarial para a Reciclagem – CEMPRE, Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente – SINTAEMA, entre outros. Chegou-se nos dias 27 e 28 de junho de 2000 à realização do “Encontro do Lixo e Cidadania: compartilhando a gestão do lixo em São Paulo”. Esse encontro contou com a presença de mais de 60 instituições, que elaboraram propostas para os seguintes desafios: incorporação dos catadores ao sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, erradicação do trabalho infanto-juvenil na catção do lixo urbano, redução da geração de resíduos urbanos na cidade e segregação dos resíduos perigosos nas fontes geradoras na cidade. Desse encontro resultou a elaboração da Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo e a criação do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo.

A propósito, conforme Grimberg (2007), o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo é formado por diversas instituições que se declararam participantes dele (veja a lista completa no “Anexo D”), sendo que é possível a inclusão de novas entidades que sejam de interesse do Programa Nacional Lixo e Cidadania (criado em 1998). Basicamente, esse Fórum “é um espaço de formulação e negociação de propostas de ação entre seus componentes, garantindo-se às instituições que o integram, autonomia na execução das ações decididas (GRIMBERG, 2007, p. 121). Isso significa que o Fórum está direcionado à obtenção do comprometimento do Poder Público na implementação das propostas naquilo que lhe cabe, ou seja, no controle social das políticas públicas relacionadas à Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo, bem como à articulação e mobilização dos diversos atores sociais, além da promoção da democratização das informações no que concerne à gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Não obstante as organizações existentes e a quantidade de entidades que vêm apoiando as iniciativas dos catadores de material reciclável, há ainda informações conflitantes no que se refere a dados relacionados à quantidade existente de catadores na Capital de São Paulo, o que pode prejudicar o planejamento e ações efetivas, tanto de órgãos de governo quanto dos demais participantes. Assim, de acordo com o contido no site da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE (2007), em 2003, havia 10.399 moradores de rua na Capital, sendo que em torno de 32,2% exerciam atividade de catção.

Já, conforme Grimberg (2007), estimativas do Instituto Pólis (amplamente utilizadas pela mídia e pelo próprio movimento de catadores), no ano 2000 havia cerca de 20 mil catadores de materiais recicláveis em São Paulo. Devido a dificuldade na estimativa do número de pessoas nessa atividade, o Instituto Pólis construiu uma lógica: a Secretaria de Serviços e Obras indicava a redução de 1.300 toneladas de resíduos coletados por dia entre o ano 2000 e 2004; ao multiplicar esse número por 30 e dividindo por 2 toneladas (estimativa média que um catador consegue por mês), chega-se ao número de 19.500 pessoas sobrevivendo de materiais recicláveis na Capital. Para o Comitê de Catadores de São Paulo, existem cerca de 70 a 96 entidades, entre associações, cooperativas e grupos de catadores, com aproximadamente 3 mil pessoas atuando no Município de forma organizada.

As discrepâncias dos dados apresentados, embora ateste o esforço das entidades em obter informações fidedignas, aponta também o desinteresse do Poder Público em realizar levantamento e estudos adequados, uma vez que, ao mesmo tempo em que há grupos formais de catadores (em diversos níveis de organização). Há também os catadores avulsos, que realizam o seu trabalho de forma bastante precária, crianças, jovens, vivendo e separando materiais sem a menor condição de higiene, sob viadutos, pontes e praças, vendendo o material a intermediários por preços baixíssimos.

O histórico da implantação da coleta seletiva no município de São Paulo, de acordo com Ribeiro *et alii* (2009), previa inicialmente o fortalecimento dos 15 núcleos de catadores (grupos organizados, associações e cooperativas), que receberiam 31 centrais de triagem a serem implantadas pela Prefeitura com equipamentos e veículos dela. Ocorre que, tal iniciativa acabou sendo substituída por outra, em que as cooperativas trabalhariam nas centrais de triagem a serem montadas ao invés delas receberem as centrais. As cooperativas deveriam ser formadas a partir de membros dos núcleos que trabalhassem em regiões próximas e receberiam os materiais recicláveis recolhidos por esses grupos; em contrapartida, esses núcleos deveriam integrar um número de catadores que trabalhassem de forma autônoma nas ruas. Ocorre que, com o passar do tempo, as centrais começaram a reunir trabalhadores de diversas procedências, tais como donas de casa, desempregados em geral, beneficiários dos programas sociais da prefeitura, albergados e até ex-funcionários do projeto de coleta seletiva de uma rede de supermercados.

Todas as 15 cooperativas instaladas até o fim da gestão municipal do período 2000-2004 acabaram também sendo constituídas como cooperativas autônomas, portanto, desvinculadas dos grupos que lhes deram origem. As centrais da prefeitura viraram apenas novos grupos, que passaram a disputar com os já existentes, não vinculados ao programa oficial, os materiais recicláveis da cidade. Não houve, de fato, integração dos núcleos, que continuavam seu trabalho de forma independente. (RIBEIRO *et alii*, 2009, p. 84).

Hoje, os desafios para os catadores de material reciclável e para o avanço da coleta seletiva continuam enormes. Inclusive, para os que estão interessados em entender melhor a situação desses grupos, não há informações confiáveis sobre o número de cooperativas e associações de catadores existentes na Capital de S. Paulo. Dependendo da

fonte, é apontada a existência de trinta a cem organizações. Há vinte cooperativas com convênio com a Prefeitura Municipal que recebem espaço, equipamentos e contam com o apoio de caminhões para a coleta de resíduos sólidos, muito embora a realidade vivida por essas organizações seja diferente das informações oficiais. Muitas críticas existem por parte dos catadores, uma vez que faltam centros de triagem, os espaços necessários para os trabalhos estão cada vez mais escassos e o desperdício causado pela coleta dos caminhões compactadores é inaceitável. Por outro lado, as organizações que não são conveniadas, nada recebem, e acabam vivendo em situação de extrema precariedade. O Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável estima em 2 mil o número de pessoas atuando dessa forma.

O fato de apenas 1,2% dos resíduos produzidos em São Paulo serem reciclados, denota o quanto ainda é preciso avançar, o quanto a sociedade precisa se organizar e contribuir efetivamente, o quanto a iniciativa privada precisa apoiar e assumir sua parte no processo, e o quanto o Poder Público tem sido ineficiente na sua obrigação de apoio às organizações de catadores e à reciclagem. Além de ser uma questão legal, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos é muito claro nessas questões, é o anseio dos milhares de trabalhadores que dependem da reciclagem para sua sobrevivência e da sociedade que clama por um meio ambiente mais adequado na cidade onde vive.

3 - O PODER PÚBLICO

3.1 - O PAPEL DO PODER PÚBLICO NA COLETA SELETIVA

Dentre as ações do poder público brasileiro, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) constitui-se um avanço significativo para o País como um todo.

Depois de 21 anos tramitando no Congresso Nacional, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi sancionada por meio da Lei 12.305/2010 e regulamentada no Decreto n.7404/2010. A aprovação representou um amplo consenso envolvendo todas as partes dos mais diversos ciclos da produção de resíduos sólidos no Brasil, além de governo e sociedade civil. Nos próximos quatro anos, os municípios brasileiros deverão criar leis municipais para a gestão dos resíduos sólidos.

A Lei 12305/2010 prevê ainda que, a partir de agosto de 2014, nenhum lixo será despejado a céu aberto em todo o País e que somente o rejeito que não poderá ser aproveitado – reutilizado – reciclado – depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada – é que deverá ser disposto em locais ambientalmente adequados.

A nova política cria também um sistema nacional integrado de informações sobre resíduos sólidos. Ele será responsável por recolher e divulgar informações. (Ministério do Meio Ambiente, blog, 2010).

A existência do Plano Nacional de Resíduos Sólidos é sem dúvida de fundamental importância, uma vez que, conforme ainda é mencionado do referido *blog* do Ministério do Meio Ambiente (2010), “De acordo com a PNSB/2008, o Brasil produz diariamente 183 mil toneladas de lixo urbano. Mais da metade desses resíduos são jogados, sem qualquer tratamento, em lixões a céu aberto. Com isso, o prejuízo econômico passa dos R\$ 8 bilhões anuais. No momento, apenas 18% das cidades brasileiras contam com o serviço de coleta seletiva” (Ministério do Meio Ambiente, blog, 2010).

A promulgação de leis e acordos normativos para tratar da questão dos resíduos tem avançado em alguns pontos importantes. Inclusive, conforme o *site* da Comunicação em Gestão de Resíduos Sólidos - Comgeres,

Em agosto de 2010, o presidente Lula sancionou a lei que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para o Presidente da República, a lei representa uma revolução em termos de lei ambiental no Brasil e simboliza a vitória dos catadores de resíduos sólidos.

Após 20 anos de tramitação no Congresso Nacional, a Política de Resíduos Sólidos reúne princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos. (*site* Comgeres.com.br/cont/pnrs/).

Importante ainda, que a lei que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos apresenta aspectos fundamentais, tais como Coleta Seletiva, Padrões sustentáveis de produção e consumo, Reciclagem, Reutilização, Resíduos Sólidos, Plano Nacional de Resíduos Sólidos, Plano Estadual de Resíduos Sólidos, Plano Municipal de Resíduos Sólidos, Responsabilidade Compartilhada. Todos tem o objetivo de sedimentar conceitos e promover ações que sejam abrangentes e envolvam os diversos poderes públicos, setores empresariais e a sociedade como um todo.

Para que a nova política de resíduos sólidos fosse entendida e absorvida pela sociedade, o Governo Federal criou, por intermédio dos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a campanha “Separe o lixo e acerte na Lata”. O objetivo dessa campanha seria o de contribuir para uma mudança comportamental em relação à coleta seletiva do lixo, ressaltando os benefícios ambientais, sociais e econômicos do reaproveitamento dos resíduos sólidos para o País.

De acordo com o *site* voltado para o programa do Ministério do Meio Ambiente (www.separeolixo.com), a campanha do Ministério, além da mobilização da sociedade, pretende: ressaltar a riqueza ambiental e social do lixo, os recursos ambientais consumidos na fabricação de produtos e a poluição provocada, como deve-se dar a correta separação do lixo e o impacto positivo para os catadores de materiais reutilizáveis; ensinar a correta separação do lixo úmido e seco; demonstrar os impactos do lixo ao meio ambiente; informar sobre o valor ambiental e social do lixo, a importância para o catador, com geração de renda e inclusão social, para os municípios e meio ambiente; estimular a prática do consumo consciente e a redução do volume de lixo, onde se deve avaliar a necessidade de consumo, a escolha de produtos com menor volume de embalagens, a forma mais adequada de descarte das embalagens e redução do volume de lixo; divulgação das soluções propostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A gestão dos resíduos sólidos no Brasil é uma atribuição dos municípios e se insere na categoria de serviço público, que é aquele instituído, mantido e executado pelo Estado, com o objetivo de atender aos seus próprios interesses e de satisfazer as necessidades coletivas. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 30, incisos I, II e V, estabelece que é competência do município legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar às legislações federal e estadual, quando necessário, e organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local. (RIBEIRO *et alii*, 2009, p. 17 e 18).

Essa foi uma mudança significativa, uma vez que, anteriormente, cabia ao Poder Público a regulação, promoção e operação do sistema de resíduos sólidos. A partir da Constituição de 1988, o Estado passa também a possibilitar a incorporação de entidades e setores que não sejam estatais, ou seja, passa a haver estímulos para a atuação conjunta onde o poder público municipal, em parceria com os catadores organizados, cria a oportunidade da redução de custos dos programas oficiais, gerando emprego e renda, inclusão social, entre outros benefícios.

Para Accioli *et alii* (2011), entretanto, há necessidade de revisão de conceitos para que a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que pretende integrar governo, empresas e sociedade civil tenha êxito. Os desafios são enormes. Conforme os autores, no ano de 2010, 61 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos foram jogados no lixo no Brasil, sendo que em torno de 50% ainda possuem destino inadequado, baseado em dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – Abrelpe. O desafio que se estabelece implica na manutenção do crescimento do País de forma

sustentável, tendo que adaptar-se à produção de menos resíduos industriais e domésticos, bem como a ampliação do ciclo de vida dos produtos, com a correta destinação após o consumo e, quando possível, o seu reuso ou reciclagem.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece que o conceito de responsabilidade compartilhada tem abrangência ampliada, com fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana; ou seja, todos necessitam realizar um trabalho alinhado com as diretrizes do Plano. Um dos pontos nevrálgicos da lei trata da logística reversa, isto é, os resíduos gerados devem retornar aos seus geradores para tratamento ou reaproveitamento na fabricação de novos produtos (ACCIOLI *et alii*, 2011). Tal obrigatoriedade é direcionada a vários setores, tais como: eletroeletrônicos, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, medicamentos, embalagens de óleos lubrificantes e seus resíduos. Agrotóxicos, pneus, pilhas e baterias, embora constem da lei, já possuem normas específicas.

Um caso emblemático no Brasil é o das latinhas de alumínio, cujo percentual de reciclagem está próximo de 100%. Os catadores de material reciclável rapidamente perceberam a possibilidade de obtenção de renda com esse produto. Inclusive, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) prevê que a coleta seletiva dê prioridade à contratação de cooperativas de catadores. A meta nacional de acabar com os lixões até 2014 também carrega o desafio de incluir os catadores de material reciclável na formalidade, uma vez que haverá necessidade de expansão de associações e cooperativas de catadores e a competição informal pelo lixo (material reciclável) somente prejudica a possibilidade de ter as organizações de catadores em adequadas condições de fazer frente ao novo desafio que se avizinha.

Accioli *et alii* (2011) trata também de um estudo divulgado pela empresa Braskem, nos estados de Alagoas, Bahia e São Paulo. Em Alagoas, a maior parte da coleta seletiva é realizada por catadores informais e apenas 60% da demanda da indústria de reciclagem é suprida localmente. Na Bahia, existem 295 aterros e lixões em 276 municípios, sendo que a coleta predominante é do plástico. Em São Paulo é destacado o crescimento da atividade das cooperativas no período de 2002 a 2004, quando surgiu o Programa Coleta Seletiva. O estudo destaca também que, muito embora as cooperativas sejam fundamentais no processo da reciclagem, as condições de trabalho dos catadores de material reciclável ainda são precárias. Falta capacitação técnica, há insalubridade, estrutura muitas vezes frágil, com a existência de rede de intermediários que aviltam os preços dos materiais.

Outro dado relevante indica que 57,6% dos 5.565 municípios do Brasil possuem alguma coleta seletiva, e apenas 37% contam com aterro sanitário. Isso não implica dizer que há ampla cobertura, uma vez que, do percentual mencionado, há cidades cuja iniciativa é mais simples, como a instalação de postos de entrega voluntária de material reciclado (ACCIOLI *et alii*, 2011).

O quadro abaixo apresenta a realidade dos municípios brasileiros quanto à destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

Quadro 2 – Destinação dos Resíduos Sólidos por Região Brasileira (número de municípios)

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	BRASIL
Aterro sanitário	81	431	146	793	687	2.138
Aterro controlado	105	497	146	630	361	1.739
Lixão	263	866	174	245	140	1.688
TOTAL	449	1.794	466	1.668	1.188	5.565

Fonte: Pesquisa Abrelpe, 2009.

Uma interessante ação do Governo Federal, foi a constituição do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, conforme consta no *site* Coleta Solidária, por meio do Decreto n. 5.940/06, e a Lei n. 11.445/07, que são exemplos de formalização de políticas públicas que têm o desafio de contribuir para a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis. O Comitê Interministerial foi criado por Decreto Federal, em 11 de setembro de 2003, e é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério das Cidades. O Comitê é formado por órgãos do governo federal, parceiros Fome Zero e ainda conta com a participação de organizações não governamentais e entidades do setor de reciclagem.

Importante observar, de acordo com o *site* do Ministério do Trabalho e Emprego que, apesar de toda a legislação vigente, e de a profissão de catador de material reciclável constar na Classificação Brasileira de Ocupações, o Projeto de Lei do Senado, No. 618/2007, do senador Paulo Paim, que regulamenta o exercício da profissão de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel, foi vetada integralmente pela Presidente da República, Dilma Rousseff. Isso aconteceu sob a alegação de que as exigências impostas pelo projeto (identidade, comprovantes de cumprimento de obrigações eleitorais e com o serviço militar), poderiam representar obstáculos à inclusão social desses profissionais.

3.2 - O RELACIONAMENTO DO PODER PÚBLICO COM AS ORGANIZAÇÕES DE CATADORES E ENTIDADES PRIVADAS

De acordo com Ribeiro *et alii* (2009), a partir do novo contexto apresentado no início da década de 1990, os catadores passaram, ainda que de forma frágil, a participar do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos de alguns municípios. Essa parceria apresenta como premissa a organização, capacitação e consolidação do trabalho dos catadores, além de cessão de imóveis municipais, para instalação de galpões para que seja realizada a triagem dos resíduos coletados seletivamente e também de equipamentos, tais como esteiras ou mesas para a separação dos resíduos, prensas ou enfardadeiras para a prensagem e enfardamento do material a ser comercializado.

A coleta de materiais recicláveis encaminhados para essas centrais de triagem tem sido realizada segundo diferentes modelos: exclusivamente pelas prefeituras, pelas prefeituras em conjunto com a cooperativa/associação, ou exclusivamente por catadores. As centrais de triagem podem estar localizadas dentro ou fora dos aterros sanitários. Em algumas cidades, os recicláveis têm sido coletados porta a porta, em dias diferentes da coleta regular do lixo comum; em outras, são utilizados os sistemas de entrega voluntária. Outra característica dos programas tem sido a disponibilização de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) ou Locais de Entrega Voluntária (LEVs). Os materiais recicláveis entregues pela população nesses pontos são recolhidos pelo serviço de limpeza pública da prefeitura municipal ou pelas cooperativas direcionados às centrais de triagem. Com relação ao processo de triagem, prensagem e comercialização de recicláveis, toda a responsabilidade tem sido dos grupos que trabalham nas centrais, sem interferência dos órgãos municipais. (RIBEIRO *et alii*, 2009, p. 13).

Essas parcerias, que envolvem, além das organizações de catadores (associações ou cooperativas), catadores de rua, desempregados, ex-catadores de lixão, geram benefícios tanto pela geração de renda quanto pelo fato de retirarem adultos e crianças de lixões, promovendo a cidadania e inclusão social, além da valorização dos catadores. Outro fato de grande relevância é o melhor aproveitamento do material reciclável, reduzindo impacto ao meio ambiente. Para se ter uma ideia do que significava as ações de catadores sem nenhuma organização ou apoio do poder público, “No lixão Zona Norte, em Porto Alegre, até a década de 1990, mais de 300 catadores disputavam alimentos com prazo de validade vencido, proveniente de supermercados, ou restos de alimentos coletados em hospitais, além de medicamentos, seringas e agulhas recolhidos junto à rede hospitalar”. Oliveira *apud* RIBEIRO *et alii* (2009, p. 13 - 14).

A parceria entre Poder Público, iniciativa privada e catadores foi estimulada e se tornou essencial, particularmente a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Conforme trata Accioli *et alii* (2011), no que tange ao retorno de resíduos pós-consumo, por exemplo, há necessidade da chamada responsabilidade compartilhada ser mais efetiva. É fundamental o apoio de prefeituras para a viabilização da logística reversa; qualquer solução deverá, necessariamente, ser apoiada pelas prefeituras, inclusive, a

própria Constituição estabelece que é tarefa das administrações municipais cuidarem do lixo e, pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, os municípios terão que encerrar todos os lixões até 2014, tendo que se realizar a coleta seletiva e a destinação do lixo orgânico em aterros sanitários.

Um dos grandes problemas da implementação das ações para o encerramento dos lixões até 2014 é o custo. Muitas prefeituras afirmam que é inviável financeiramente a implementação das ações preconizadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos no prazo estipulado. Tal afirmativa é ratificada, conforme consta em Accioli *et alii* (2011), onde informa que uma "pesquisa da FGV Projetos, para a Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (Abetre), aponta que os custos de um aterro sanitário grande, com capacidade de recebimento de duas mil toneladas de lixo por dia, é de cerca de R\$ 525 milhões, o que significaria um custo anual entre R\$ 14 e R\$ 18 por habitante" (ACCIOLI *et alii*, 2011, p. 24). O valor mencionado abrange os estudos desde a instalação até a administração, após o encerramento das atividades do aterro, que possui vida útil em torno de 20 anos.

Dados da Confederação Nacional de Municípios - CNM, indicam que, além de apenas 37% das cidades brasileiras possuírem aterro sanitário, quando se tratam dos municípios que realizam o processo de compostagem, esse percentual está em torno de 20%. A CSM afirma também que a coleta seletiva custa 70% mais que a convencional e a compostagem possui custo elevadíssimo sendo que, invariavelmente, haveria escassez de recursos públicos para fazer frente aos custos dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para ilustrar a situação,

Mário Reali, vice-presidente do Consórcio Intermunicipal da Frente Nacional de Municípios (FNP), toma como base Diadema, na Grande São Paulo, da qual é prefeito pelo PT. A cidade, de cerca de 400 mil habitantes, há mais de dez anos destina o lixo gerado a um aterro sanitário. O município também desenvolve o programa Vida Limpa, de inclusão de catadores que trabalhavam no Lixão do Alvarenga, encerrado em 2002. Eles são remunerados para recolher, segundo a prefeitura, cerca de 150 toneladas de resíduos por mês. "Hoje, a maior conta que pagamos para fornecedores é a do lixo. São R\$ 2 milhões mensais. O problema na gestão do resíduo é o custeio de manutenção e operação, que é altíssimo", afirma Reali. (ACCIOLI *et alii*, 2011, p. 24-25).

Apesar das manifestações apresentadas, de acordo com o *site* Agência Brasil, "[...] hoje, o país recicla cerca de 13% dos resíduos, quando poderia reciclar 30%. Um estudo do ministério [do Meio Ambiente] mostra que o país, anualmente, deixa de economizar R\$ 8 bilhões por não aproveitar todo o potencial de reciclagem das cadeias de vidro, plástico, papel, metais e alumínio [...]".

São Paulo perde R\$ 749 milhões por ano pela ineficiência da política de coleta seletiva da Prefeitura Municipal (*site* Último Segundo). Essas perdas decorrem, particularmente, dos custos adicionais nas indústrias pelo uso de material virgem ao invés de reciclado, dos danos ambientais e gastos do orçamento público com a destinação final

de lixo nos aterros sanitários. Tal fato deve-se a mais de 1 milhão de toneladas de papel, papelão, plástico, aço, vidro e alumínio misturado ao lixo convencional que não são enviados às 16 centrais de triagem da Prefeitura por não mais comportarem o material.

Tem-se, portanto, conforme os dados e manifestações apresentados, que as parcerias entre poder público e a iniciativa privada é um desafio que se apresenta para a viabilização de um programa de coleta seletiva. Conforme Accioli *et alii* (2011), grandes empresas de varejo analisam a situação, como o gerente de sustentabilidade da Walmart, Felipe Zacari Antunes, que afirma que “as estações de reciclagem do varejo não podem ser a única solução para garantir o sucesso da logística reversa de embalagens, por exemplo. É preciso que haja um programa de coleta seletiva com respaldo municipal, para que se amplie o volume do material coletado e aumente o nível de conscientização das pessoas” (ACCIOLI *et alii*, 2011, p. 26). Há, ainda segundo os autores, outras opiniões de grandes empresas como, por exemplo, Adalgiso Teles, diretor de assuntos corporativos e sustentabilidade da Bunge Brasil que relata que o grande desafio é promover a sensibilização dos consumidores para que a coleta seletiva atinja as diversas localidades. Ou ainda, para Alísio Jacques Mendes Vaz, presidente executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustível e de Lubrificantes, que afirma que há o risco dos consumidores terem que arcar com os custos da logística reversa onerando, em realidade, toda a cadeia produtiva e de distribuição. Nessa situação, todas as perspectivas sobre o problema devem ser pensadas.

Apesar das dificuldades apresentadas, há experiências muito positivas de empresas que realizam verdadeira parceria com municípios e organizações de catadores. Um caso emblemático é o da Braskem, que incentiva a reciclagem de plástico após o consumo. Ela capacita cooperativas de catadores no Rio Grande do Sul para que reconheçam as possibilidades de reciclagem do plástico após a triagem, tendo registrado, entre 2010 e 2011, um aumento da renda dos catadores de R\$ 600 para R\$ 1 mil mensais. A Braskem também realizou ações de redução de 62% da produção de resíduos em seu processo de produção, comparando-se dados de 2002 a 2011; ela ainda incentiva a reciclagem de plástico como, por exemplo, o contrato com a empresa Novaenergia, para a compra de 100% da produção de nafta reciclada pela empresa baiana, sendo que o plástico que se converterá novamente no derivado de petróleo, será recolhido de lixões de Salvador para entrega à Braskem.

Outro caso interessante, as lojas Pão de Açúcar, possuem 110 estações de reciclagem para arrecadação de material distribuídas em 31 municípios, além do Distrito Federal. O trabalho iniciou-se em 2001 juntamente com a Unilever, com a entrega voluntária, por parte dos consumidores, de papel, plástico, alumínio, vidro e óleo de cozinha, tendo arrecadado em 2009, em torno de sete mil toneladas de material. Importante também salientar que o material arrecadado é doado a 33 cooperativas de reciclagem. Já o hipermercado Extra, em parceria com a H2O, possui 78 estações de reciclagem, em 26 municípios e o Distrito Federal, arrecadando em 2007, aproximadamente 594 toneladas de

material reciclável, doados a 18 cooperativas com 157 trabalhadores. Outra importante ação, apoiada pelo Departamento de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, em parceria com a Eurofarma Laboratórios, disponibiliza urnas coletoras nas drogarias de cinco lojas para depósito de medicamentos vencidos e materiais cortantes, tais como agulhas e ampolas.

Além das empresas privadas que devem atuar de forma a contribuir efetivamente para o programa de coleta seletiva, com reutilização, redução e reciclagem, há o interesse direto de empresas que podem atuar na coleta, em parceria com os municípios. Conforme Accioli *et alii* (2011), Diógenes Del Bel, diretor-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (Abetre), afirma que há interesse no setor privado em prestar esses serviços, inclusive afirmando da existência de técnicos e recursos humanos que podem trazer soluções com custos adequados. A própria Política Nacional de Resíduos Sólidos sugere que se crie consórcios entre vários municípios para a divisão dos custos e recebimento de recursos da União. Ainda, conforme os autores citados, o presidente da Confederação Nacional de Municípios - CNM, Paulo Ziulkoski, afirma que faltam garantias de que existirá recursos para manter tal estrutura; inclusive, o Ministério das Cidades estaria devendo, já há três anos, em torno de R\$ 3 bilhões aos municípios.

Outra entidade que realiza trabalho significativo é o Compromisso Empresarial para Reciclagem – Cempre que

é uma associação sem fins lucrativos dedicada à promoção da reciclagem dentro do conceito de gerenciamento integrado do lixo. Fundado em 1992, o Cempre é mantido por empresas privadas de diversos setores. O Cempre trabalha para conscientizar a sociedade sobre a importância da redução, reutilização e reciclagem de lixo através de publicações, pesquisas técnicas, seminários e bancos de dados. Os programas de conscientização são dirigidos principalmente para formadores de opinião, tais como prefeitos, diretores de empresas, acadêmicos e organizações não governamentais (ONGs). (www.cempre.org.br).

O Cempre realiza orientações específicas para cooperativas de catadores, sucateiros, recicladores, promovendo intercâmbio comercial entre eles por meio de cadastro, informações de como constituir uma cooperativa, entre outras ações.

Tratando-se de empresas públicas ou de economia mista, há também o exemplo do Banco do Brasil, maior instituição financeira da América Latina que, além do empenho na implementação do programa de coleta seletiva em todas as suas unidades, em atendimento aos seus Princípios de Responsabilidade Socioambiental e ao Decreto 5.940/2006 e a Lei 12.305/2010, possui o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) que procura, por meio do tripé “economicamente viável”, “socialmente justo” e “ambientalmente correto”, realizar ações de concertação com diversos atores sociais na busca de aprimoramento de organizações como, por exemplo, de catadores de material reciclável, com orientações, treinamentos e aportes financeiros por intermédio de

programas específicos ou concessão de empréstimos em condições adequadas à realidade desses agrupamentos.

Indubitavelmente, como mencionado, inúmeras organizações têm contribuído com o trabalho de coleta seletiva, quer por interesse direto, no caso de empresas recicladoras ou que reaproveitam a matéria-prima que utilizam na fabricação de seus produtos, quer por conta da consciência da responsabilidade socioambiental que, cada vez mais, vem sendo exigida pela sociedade. Além disso, a legislação existente vem ao encontro dos anseios por uma sociedade que preza o seu meio ambiente.

Apesar dos avanços alcançados, muito ainda há a se buscar para que seja alcançado ao menos níveis internacionais de reciclagem hoje observados, de 30% a 40%, em países, tais como França, Alemanha, Estados Unidos, Japão. Para isso, o poder público, as empresas públicas e privadas e a sociedade como um todo precisam ter a educação ambiental e as ações assertivas fortemente direcionadas a esse objetivo.

4 - CONDIÇÕES ATUAIS E OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO COOPERATIVISTA E ASSOCIATIVISTA NA CAPITAL DE SÃO PAULO: resultados da pesquisa de campo

4.1 - AS AÇÕES DOS CATADORES

O *site* da Agência Brasil, apresenta informações da Prefeitura Municipal de S. Paulo, que atestam que apenas 214 toneladas das 18,3 mil toneladas de resíduos sólidos coletados diariamente nas ruas da Capital são recicladas, ou seja, 1,18% do total. Essa quantidade de resíduos não é maior graças às cooperativas de reciclagem que não são conveniadas pela Prefeitura. Informações do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, relatam que essas cooperativas reciclam quatro vezes mais do que é contabilizado oficialmente, uma vez que menos de 10% dos catadores do município atuam nos centros de triagem da Prefeitura Municipal.

O coordenador do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, Eduardo Oliveira, informa que hoje há 15 mil catadores na Capital de S. Paulo, e apenas 1,2 mil atuam nos centros de triagem da Autarquia Municipal; há 56 núcleos de catadores, mas apenas 20 conseguiram o convênio para atuarem nos centros. O coordenador relata ainda que mais de 30 cooperativas fazem o trabalho de coleta e separação por conta própria e cada uma delas recicla, em média, 30 toneladas por dia, o que daria em torno de 900 toneladas diárias de material reciclável coletados por cooperativas não vinculadas à Prefeitura Municipal.

Existiria na capital de S. Paulo, cerca de cem cooperativas de reciclagem, sendo que apenas 21 delas recebem o apoio da Prefeitura Municipal (*site* do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região).

As ações dos catadores de materiais recicláveis podem ser resumidas da seguinte maneira:

O movimento social dos catadores define-se pela associação entre reciclagem e cidadania, viabilizando a inclusão social por meio da geração de renda com o trabalho de catação de material reciclável. Dá, assim, as bases de um modelo para lidar com a questão do lixo urbano que articula consciência ambiental, trabalho e inclusão social. A tese aqui defendida é que a consolidação desse modelo requer, entre outras ações, a agregação de valor aos produtos dos catadores, que depende do reconhecimento da economia ambiental, serviço prestado gratuitamente, mas também dos produtos sociais. O auto-resgate de pessoas socialmente excluídas é também um produto do trabalho dos catadores, que não apenas produzem valores de uso ao preservar o ambiente, mas também se autoproduzem como homens. Não apenas poupa a sociedade dos custos ambientais, como também economiza recursos destinados a ações sociais públicas, como trabalho infantil, escolarização, violência, controle de drogas, mortalidade infantil, e cuidados de saúde em geral.

O princípio de indissociabilidade entre dimensões técnicas (ambientais, qualidade, eficiência...), econômicas (geração de renda, redução de custos, mercado...) e sociais (autogestão, cidadania, inclusão social...) é a própria essência das Acs (“**associação de catadores**”). Apressadamente comparadas a empreendimentos capitalistas privados, as Acs não seriam sustentáveis, pois o ponto de partida de sua produção as coloca em desvantagem em todos os sentidos: somente o que não tem valor do

ponto de vista privado-mercantil é destinado às Acs: 1) a consciência ecológica meramente tópica, impotente para transformar em profundidade as práticas cotidianas de consumo; 2) a matéria-prima descartada, por não possuir nenhum valor de uso e pequeno valor de troca; 3) a “mão-de-obra” considerada ineficiente economicamente e socialmente desqualificada para o mercado de trabalho segundo critérios mercantis, mão-de-obra que compõe o *lupem* proletariado produzido pela e para a valorização do capital. Dessa perspectiva mais ampla, técnico-econômico-social, o julgamento se inverte: o que não se mostra sustentável é a produção capitalista privada. (LIMA; OLIVEIRA, 2008, p. 243 a 244).

O tema catadores de materiais recicláveis pode ser visto sob o enfoque da produtividade técnica e social, bem como de um modelo de reciclagem solidária (LIMA; OLIVEIRA, 2008). Os catadores produzem riqueza a partir do material descartado como lixo pela sociedade, promovendo ao mesmo tempo a inclusão social e o despertar de uma consciência ambiental que acaba se tornando também um processo educativo para a sociedade como um todo. Trata-se de um modelo de economia solidária, que difere substancialmente dos modelos empresariais de gestão de resíduos sólidos. Enquanto grupo socialmente organizado, é possível afirmar que,

O movimento social dos catadores é, hoje, o porta voz de uma alternativa social para lidar com a questão do lixo, que associa técnica, economia e inclusão social. Esse modelo, precisamente pela dimensão social, pode ser uma resposta ao problema ambiental, que ainda não foi resolvido nem mesmo pelos países mais desenvolvidos. Todavia, a sustentabilidade desse modelo se deve ao estado de miséria de grande parte da população brasileira. Parece, assim, paradoxal quando se pensa em tornar mais rentável e nobre atividades que se sustentam da pobreza. Este é um dos desafios que o modelo de reciclagem solidária deve enfrentar: como promover o desenvolvimento econômico dos empreendimentos de reciclagem sem reproduzir o efeito perverso da exclusão e sem se alimentar do trabalho barato dos excluídos. Se a reciclagem seguir o padrão industrial tradicional, hoje incapaz de gerar empregos, o problema do lixo pode ser resolvido, segundo critérios ambientais, mas ao custo de se manter ou até mesmo reforçar a exclusão social. A alternativa técnica deve, necessariamente, incluir os catadores. O novo modelo de reciclagem solidária só poderá crescer se se apoiar nessa tripla desvantagem, para fazê-las trabalhar em conjunto a seu favor. Deve, assim, inserir-se e ao mesmo tempo se contrapor ao mercado. Não pode ficar fora dele, mas também não encontra solução dentro dele. (LIMA; OLIVEIRA, 2008, p. 243 a 244).

Os catadores de material reciclável possuem uma longa história, uma longa tradição de vivência à margem da sociedade, relegados, ignorados ou melhor, lembrados nos momentos do descarte, da retirada daquilo que não se quer mais, que se despreza, que, aos olhos comuns, é algo imprestável. Mas a determinação dessas pessoas é muito maior que os desafios diários. Elas têm a consciência do trabalho digno que fazem, da importância cada vez maior para a sociedade e para o meio ambiente. Cabe a cada cidadão, reconhecer essas pessoas e saber valorizá-las, como profissionais indispensáveis a uma sociedade que pretende ser realmente civilizada.

4.2 - AS AÇÕES DO PODER PÚBLICO

Segundo Grimberg,

São Paulo produz cerca de 14 mil toneladas de resíduos a cada dia, que são destinados a dois aterros sanitários, ambos estimados com apenas mais um ano de vida útil, a duas usinas de compostagem e um incinerador que funciona há 32 anos, altamente poluente. Não obstante a coleta regular, feita pelo poder público, uma grande quantidade destes resíduos vem sendo jogada a céu aberto, em terrenos baldios, córregos, nos rios Pinheiros e Tietê, impactando a saúde humana e o ambiente (água, ar e solo), muitas vezes de forma irreversível. As represas Billings e Guarapiranga, as mais importantes reservas hídricas para abastecimento de água dos 17 milhões de habitantes da Grande São Paulo, já estão em estágio avançado de assoreamento e contaminação. (GRIMBERG, 2007, p. 121- 122).

De acordo com Ribeiro *et alii* (2009), o município de São Paulo possui programa de coleta seletiva, realiza parceria com 63 cooperativas, com aproximadamente 1.852 cooperados, tendo iniciado o programa em fevereiro de 2003, com coleta de 977 toneladas mensais (coleta realizada de diversas formas: porta a porta, por empresas contratadas e catadores organizados, em postos de entrega voluntária), sendo 470 toneladas de material reciclável comercializadas todos os meses, sendo a abrangência da coleta considerada insignificante (dados de 2005). Destaca também que a Prefeitura Municipal de São Paulo, embora tenha sido a pioneira na implantação de programa de coleta seletiva, em 1989, acabou interrompendo a implementação, retomando-a somente em 2003.

O Decreto Municipal 48.799, de 09 de outubro de 2007, conferiu nova normatização ao Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, passando a se chamar Programa Socioambiental de Coleta de Resíduos Recicláveis que, entre outros artigos, estabelece o fomento à formação de cooperativas e associações de catadores, implementação progressiva da coleta seletiva de resíduos recicláveis por meio das cooperativas e associações de catadores, fomento às atividades de triagem, beneficiamento, enfardamento e comercialização de recicláveis, que serão desenvolvidas nas Centrais de Triagem, principalmente.

Segundo informações acessadas no *site* da Prefeitura Municipal de São Paulo, o Programa Coleta Seletiva conta com 21 Centrais de Triagem, envolvendo cerca de 1.200 pessoas (catadores), sendo que 75 dos 96 distritos do Município de São Paulo estão contemplados com a coleta de materiais recicláveis realizadas pelas Centrais e pelas concessionárias, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Serviços, por intermédio da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB). Há 3.811 Pontos de Entrega Voluntária (PEV) de 1.000 litros a 2.500 litros para material reciclável, em estacionamento de bancos, supermercados, escolas municipais, estaduais e particulares, universidades e condomínios (estes são 1871 condomínios residenciais). O *site* da Prefeitura Municipal informa também que os munícipes podem deixar os resíduos em vias públicas, separando apenas o material seco do úmido, atentando os dias e períodos em que a coleta seletiva é realizada, sendo que o material será separado pelas cooperativas de catadores nas Centrais de Triagem.

4.3 - OPORTUNIDADES E AMEAÇAS AO TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Lima e Oliveira (2008), mencionam os desafios que os catadores de materiais recicláveis tem que assumir, pelo fato de se constituírem de um modelo de trabalho alinhado com o conceito de economia solidária, o que difere, em muito, dos modelos empresariais existentes em termos de gestão de resíduos sólidos. Segundo os autores,

O desenvolvimento desse novo modelo, atualmente confrontado a opções mercantis e empresariais para lidar com a questão do lixo urbano, deve responder aos seguintes desafios:

- a) aumento da proporção e da eficiência da coleta seletiva, com redução do custo do sistema de coleta; aumento da produtividade da triagem e das retiradas dos associados;
- b) desenvolvimento e maior efetividade da mobilização social e da consciência ecológica e, sobretudo, de práticas individuais de respeito à natureza;
- c) aumento de renda dos associados e ampliação do número de associados ou de parceiros (por exemplo, apoiando catadores autônomos);
- d) inclusão social de pessoas socialmente vulneráveis (idosos; deficientes; desempregados; em especial de baixa escolaridade; egressos do sistema prisional...). (LIMA; OLIVEIRA, 2008, p. 227).

A enciclopédia virtual Wikipédia também trata dos obstáculos que, via de regra, os catadores precisam vencer. Seriam eles, basicamente,

- 1. Falta de capacitação técnica em áreas como gestão, logística, captação de resíduos recicláveis, entre outros.
- 2. Contingente de catadores em lixão e rua em condições indignas de trabalho e com sérios problemas de saúde.
- 3. Falta de organização econômica da maioria dos catadores, trabalhando de forma individual.
- 4. Cadeia da reciclagem estruturada a partir de uma rede de fornecedores intermediários de recicláveis baseada em exploração do trabalho infantil, e, em diversas situações, extremamente degradante.
- 5. Precárias condições de funcionamento das cooperativas/associações existentes, com falta de infra-estrutura e equipamentos básicos, provocando dificuldades em estocar a matéria-prima e diminuição do valor de venda.
- 6. Falta de assistência técnica que possibilite apoiar as atividades gerenciais e de comercialização.
- 7. Inexistência de uma comercialização centralizada, o que gera dificuldade de trabalhar em escala e superar os intermediários. Cabe salientar o início de superação deste processo através da constituição de redes de comercialização, ainda que estas sejam exemplos ainda restritos.(Wikipédia, Catador de material reciclável).

Outro aspecto relevante, no que se refere às ameaças ao Programa Coleta Seletiva e por consequência, aos catadores, é o custo dos sistemas de gestão de resíduos sólidos domiciliares. Podemos destacar os seguintes obstáculos que colocam problemas práticos para a efetivação do programa: investimentos para instalação de central de triagem, veículos de coleta, campanhas de divulgação e educação, contratação de empresa de coleta, instalação e manutenção de pontos de coleta, motoristas, combustível,

manutenção de veículos, uniformes, equipamentos de proteção individual, disponibilização de espaço público para as organizações de catadores.

A questão dos custos da coleta seletiva foi muito discutida ao longo dos últimos dez anos. Observam-se três fatores que dificultam o cálculo de custos dos programas. O primeiro é a dificuldade de apropriação dos custos pelos órgãos gestores municipais. O segundo fator é o acobertamento pelos técnicos municipais dos custos, por serem considerados altos e colocarem em risco a continuidade dos programas. O terceiro fator é a modificação dos sistemas e modelos de coleta seletiva adotados e o processo de incorporação aos programas das parcerias com organizações de catadores.

Segundo o Cempre, no ano de 2006, o custo médio da coleta seletiva para as cidades estudadas estava em US\$ 151, equivalentes a R\$ 330,00.

O acompanhamento histórico dos dados [...] mostra ainda que o custo médio da coleta seletiva em 16 municípios pesquisados pelo Cempre era cinco vezes maior que o da coleta convencional. (RIBEIRO *et alii*, 2009, p. 43 - 44).

Ainda, de acordo com os autores supracitados, a relação de custo diminuiu pela metade ao longo dos anos, em grande parte pelas parcerias com as organizações de catadores que permitem ampliar a oferta de matéria-prima para a reciclagem de resíduos com menor custo.

Observa-se ainda que o faturamento das entidades de catadores, via de regra, promove retiradas baixas, em torno de 1,5 salários mínimos mensais. A escassez de recursos para investimentos prejudica a possibilidade de melhorar a qualificação profissional dos cooperados e a compra de máquinas e equipamentos, o que poderia fazer com que a produtividade aumentasse, gerando mais recursos. Como consequência das baixas retiradas mensais, acaba havendo maior rotatividade de pessoas; muitas acabam voltando a trabalhar sozinhas na expectativa de melhorar os rendimentos, o que pode ser verdadeiro num primeiro momento, mas acaba se tornando ilusório com o tempo, dada a fragilidade a que se expõem, o que prejudica a dinâmica das entidades. A própria natureza do processo produtivo impõe limitações à sua melhoria. Assim, há vários empecilhos relacionados tanto ao ambiente interno quanto externo,

1) relações institucionais extra-organização e ambiente externo: logística de coleta, relações com administração municipal, qualidade do material proveniente da coleta seletiva e de doadores; relação com grandes doadores;

2) organização do trabalho e gestão interna à organização: organização do trabalho (divisão de tarefas, jornada de trabalho, rotatividade, qualificação) e disciplina (ritmo de trabalho, absenteísmo), conflitos internos, regras de distribuição dos ganhos (por produção, coletiva...);

3) organização física do processo de produção: postos de triagem, fluxo de produção; dimensões dos galpões; economia de movimentos na separação: deslocamentos das pessoas, movimentação de material, fases e movimentos de triagem. (LIMA; OLIVEIRA, 2008, p. 231).

Evidentemente, a separação apresentada é apenas didática, uma vez que há uma inter-relação entre todos os itens, o que denota a complexidade da situação e do desafio. Ainda para os autores, a triagem é um dos pontos mais sensíveis do processo dentre os desafios apresentados, por conta da movimentação manual de material, retrabalho, procedimentos de armazenamento, triagem ineficiente, ausência de dispositivos

como silos e bancadas de trabalho, falta de habilidades para a adequada triagem, má qualidade do material e coleta ineficiente (esta poderia alocar mais mão-de-obra no trabalho interno no galpão), entre outros.

Outro desafio, é o fato de “empresas que anteriormente ofereciam serviços de retirada de resíduos orgânicos do comércio e indústrias passaram a comprar os recicláveis diretamente dos grandes geradores de resíduos. Cadeias de supermercados passaram a oferecer promoções para os clientes que trazem seus materiais recicláveis” (Ribeiro *et alii*, 2009, p. 15). É de se observar também que, quando há crise de emprego, muitos acabam, de forma individualizada, realizando trabalho de catação e até mesmo a existência de organizações informais que, com sistema de transporte, acabam atuando paralelamente às organizações de catadores de material reciclável.

Apesar dos desafios e significativas ameaças, é inegável também que, a partir da criação das associações e cooperativas de catadores, muitos conseguiram importantes avanços de dignidade cidadã. Entre eles, é possível destacar: o direito elementar de possuir documentação de identificação e demais, a conquista de moradia, direitos sociais e civis, ou seja, aproveitaram a oportunidade para a mudança de um contexto de total exclusão social (muitos viciados em drogas e álcool, egressos do sistema prisional, pessoas sem nenhuma qualificação profissional, baixíssima escolaridade), por meio de um processo inclusivo de uma atividade formal que dificilmente conseguiriam no mercado de trabalho. Quanto ao rendimento auferido, é de se destacar que a média de 1,5 salário mínimo, embora baixo, é significativo, lembrando-se que o piso salarial médio medido pelo Dieese em 2010, por exemplo, era de R\$ 669,16.

Todo o “jogo de forças” evidenciado nos desafios apresentados, podem ensejar uma oportunidade de um modelo de gestão de lixo urbano alternativo, parcialmente inserido no mercado, onde é fundamental o apoio e reconhecimento da sociedade, do poder público e do próprio mercado. As entidades de catadores também têm buscado diversificar a produção, não apenas no processo de catação, triagem e distribuição, mas também na produção de artesanato, vestuários e ações e produtos culturais, como o Festival Lixo e Cidadania (vide, no “Anexo E”, a música “Catador de Lixo – reciclador do mundo”).

Dentre a análise das ameaças e oportunidades para a manutenção do modelo de Programa de Coleta Seletiva, poderia-se falar em “sustentabilidade de um programa de coleta seletiva”, no que se refere ao caráter socioambiental e “sustentabilidade de organizações de catadores de materiais recicláveis, do ponto de vista social, institucional, ambiental e econômico.

Para entendimento dos conceitos acima, Ribeiro *et alii* (2009, p. 87) explica que “sustentabilidade de um programa socioambiental de coleta seletiva foi definida como a capacidade de um programa dessa natureza desenvolver suas atividades com garantia legal e de recursos e com a meta de universalização dos serviços e obtenção de resultados ambientais e sociais crescentes”.

Desta forma, a pesquisa realizada pelos autores supracitados, indicam quais os fatores que devem ser observados para que as premissas de sustentabilidade de programas municipais de coleta seletiva sejam efetivos. Seriam eles, resumidamente,

A inserção da coleta seletiva como etapa da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos no sistema de limpeza urbana no município.

A existência de instrumento legal/jurídico que estabelecesse o vínculo e as regras entre as partes envolvidas.

A remuneração pelo serviço prestado pelas organizações, como parte do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, proporcional à quantidade de resíduos coletada e triada.

A universalização dos serviços, com qualidade.

A existência de política pública e de mecanismos de incentivo que induzissem à autonomia das organizações de catadores.

A existência de programa de educação ambiental e de divulgação de informação à sociedade, visando ao aumento do grau de adesão à coleta seletiva, com qualidade na segregação dos materiais.

Aumento significativo da quantidade de materiais encaminhados para reciclagem e redução do montante de resíduos sólidos destinado aos aterros sanitários.

Para as organizações de catadores, as bases definidas como ideais para a sustentabilidade deveriam contemplar os seguintes fatores:

A instituição formal da organização e sua inserção no escopo da política pública municipal de resíduos sólidos, formalizada por meio de instrumento legal firmado com o município.

Existência de infra-estrutura, equipamentos e capacitação para o desempenho satisfatório das diversas atividades inerentes à coleta, segregação e comercialização dos materiais recicláveis.

Garantia de renda e benefícios para os membros.

Condições adequadas de higiene, segurança e saúde do trabalhador, nos aspectos de infra-estrutura, equipamentos e conforto ambiental.

A existência de rede de apoio, representada pelas parcerias necessárias à realização das diversas atividades da organização.

(RIBEIRO *et alii*, 2009, p. 87 e 88).

Os desafios para o município de São Paulo realmente são enormes, sendo os catadores de material reciclável uma parte de um grande e complexo sistema existente. A cidade recicla apenas 1,2%, mesmo com os aterros sanitários já repletos, sendo que o objetivo é o atingimento da meta nacional que é de 6% até o ano de 2015 (ARAGÃO; PEREIRA, 2012). Um dos gargalos está no não cumprimento dos horários de coleta pelos caminhões contratados pela Prefeitura Municipal, abrindo espaço para outros grupos realizarem a coleta de materiais recicláveis, que podem ser empresas particulares ou organizações de catadores ou grupos informais de catadores. A coleta formal é limitada, há ainda poucas centrais de triagem, as 13 centrais previstas em contrato entre a prefeitura e as duas concessionárias ainda não foram instaladas e a separação do lixo doméstico é um hábito ainda restrito a poucos.

As cooperativas que possuem convênio com a Prefeitura Municipal, têm à disposição caminhões com motoristas, combustível e manutenção, equipamentos de trabalho, além do galpão e consumos de energia elétrica e água (*site* Agência Brasil). Se houvesse ampliação desse apoio, o percentual de reciclagem poderia chegar a 70%. Necessário também seria a criação de um centro de triagem para cada um dos 96 distritos

da Capital de São Paulo, uma vez que as centrais de triagem são a forma mais eficaz para ampliar a reciclagem.

Segundo Aragão e Pereira (2012), são produzidas 18 mil toneladas de resíduos na Capital de São Paulo diariamente, sendo apenas 1,2% recolhido para reaproveitamento pela Prefeitura e concessionárias Ecourbis e Loga; não há dados sobre o recolhimento informal realizado pelos catadores. A empresa Loga afirma que o valor pago pela Autarquia tem sido insuficiente para maiores investimentos; por seu lado, a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb) informa que estudos estão sendo realizados para análise do contrato firmado com as duas empresas. No que se refere às cooperativas de catadores, a Prefeitura possui convênio com 20 delas para separação e venda dos resíduos recicláveis, mas elas não conseguem atender a demanda; a ausência das 13 centrais de triagem previstas, segundo a Autarquia se deve à escassez de terrenos e galpões disponíveis. Isso significa que a expansão da coleta seletiva fica comprometida sem a existência das centrais de triagem, uma vez que a coleta hoje existente é a porta a porta, que torna o sistema muito dispendioso financeiramente.

Além das questões apresentadas, transparece também os problemas existentes entre o Poder Público Municipal e empresas prestadoras de serviço de coleta de lixo, em diversas dimensões, o que acaba afetando de forma direta ou indireta a situação das organizações de catadores. Conforme Spinelli (2011), a coleta domiciliar é realizada por duas empresas, Loga e Ecourbis, que possuem contrato de prestação de serviços até 2024. A varrição é feita por cinco empresas, sendo uma em cada região da cidade (norte, sul, leste, oeste e centro). A limpeza de bocas de lobo, galerias de águas pluviais e pontos viciados de lixo, administração de ecopontos, operação cata-bagulho, instalação de lixeiras e retirada de faixas e cartazes são serviços prestados pelas subprefeituras diretamente ou por empresas terceirizadas. Essa situação está sendo alterada, com nova licitação realizada pela Autarquia Municipal, onde todas as tarefas mencionadas foram concentradas em apenas duas empresas. A divisão se deu em áreas idênticas às da coleta de lixo domiciliar, inclusive com transferência das atividades para a Secretaria de Serviços, responsável pelos contratos de limpeza. A Prefeitura alega que, com isso, será mais fácil administrar os contratos, pois saber-se-á quem são os responsáveis, além da melhoria da qualidade da limpeza. Vale citar que o valor desse novo contrato é estimado em R\$ 2,1 bilhões para três anos. Entre as exigências consta a instalação de 150 mil novas lixeiras na cidade (hoje há em torno de 35 mil), equipadas com chips para leitura ótica.

Essa situação pode ser vista como demonstração do enorme interesse financeiro existente para as empresas prestadoras de serviço e a tendência de concentração em poucas (no caso, apenas duas). Se, por um lado pode facilitar o controle no aspecto de identificação de responsabilidades, por outro, a dependência do Poder Público fica muito grande e, conseqüentemente, da cidade como um todo, do trabalho realizado por apenas duas entidades privadas.

Em reportagem, Spinelli (2011) trata do questionamento levantado por diversas empresas, uma vez que o modelo anterior apresenta dezenas de pequenas e médias empresas fazendo o trabalho de limpeza pública. A Lei de Licitações exige que o concorrente tenha capital social equivalente ao contrato para poder arcar com uma cobrança judicial em caso de rescisão. Essa exigência acaba limitando grandemente o número de participantes. A reportagem também relata que duas empresas são tidas como favoritas, a Vega e Queiroz Galvão, controladoras, respectivamente, da Loga e da Ecourbis, que são as responsáveis pela coleta de lixo domiciliar e hospitalar da Capital de São Paulo.

Spinelli (2011), relata que as medidas que seriam adotadas pela Prefeitura de São Paulo acabaram sendo postergadas, no que se refere à licitação. A Autarquia renovou, emergencialmente, ou seja, sem licitação, por até um ano, os contratos das empresas que já vinham fazendo os serviços de varrição nas ruas. Tal renovação dar-se-á até que a licitação seja finalmente realizada. Antes mesmo da licitação, apenas dois grupos foram habilitados a participar: o São Paulo Ambiental, constituído pela Revita, Vital Engenharia e Paulitec. A Revita é do grupo Solví, sócio da Loga. A Vital é do grupo Queiroz Galvão, sócio da Ecourbis. Loga e Ecourbis são as empresas que hoje fazem a coleta seletiva. O outro consórcio é o Soma, formado pela Cavo, Corpus e Delta Construções (esta envolvida em recente escândalo, inclusive com a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, no Congresso Nacional, em andamento). A Cavo é sócia do Solví na Loga. Na sequência dos acontecimentos, a justiça acabou suspendendo a licitação. Ainda, segundo Spinelli (2011), “em sua decisão, o juiz diz que ela está ‘tomada, aparentemente, de falhas significativas’ e que a consequência das falhas foi ‘desastrosa’” (SPINELLI, 2011, p.1) e ainda “A Delta Construções, uma das maiores empreiteiras do país, apresentou documentos com informações falsas para participar da licitação de R\$ 2,2 bilhões de limpeza urbana da Prefeitura de São Paulo, concluída neste mês”. (SPINELLI, 2011, p.1).

Com esses fatos, é possível ratificar que a situação da coleta de resíduos e de limpeza pública, de forma geral, é bastante complexa e problemática, uma vez que há inúmeros interesses envolvidos, influência de grandes grupos econômicos e vultosas somas em jogo. Sendo assim, os catadores de material reciclável acabam sendo, certamente, a parte mais frágil de todo esse processo. O Poder Público, por sua vez, invariavelmente relega esse grupamento.

Embora não se trate diretamente de estudo na Capital de São Paulo, Magera (2005), realizou pesquisa com diversas cooperativas de catadores, particularmente do município de Sorocaba, distante 95 km da capital do Estado de São Paulo. O autor apresenta diversas questões ligadas à realidade e desafios que as cooperativas de reciclagem enfrentam, que certamente são comuns às da Capital. Dentre elas, destaca-se o fato de que,

a) a realidade das cooperativas, que o autor chamou de “empresários do lixo”, é bem diferente da imagem que se tenta propagar;

- b) a indústria de materiais recicláveis, reconhecidamente o elo mais forte da corrente, estabelece preços muito baixos, levando os cooperados a trabalhar no limite da mera subsistência fisiológica;
- c) os cooperados, chamado pelo autor, de forma irônica, de “agentes da modernidade”, paradoxalmente acabam sendo também a “escória da sociedade”;
- d) a maior parte dos resíduos ainda não é reaproveitada, sendo enterrados ou incinerados, com prejuízos ao meio ambiente;
- e) há ainda enorme distância entre os princípios do cooperativismo e as reais condições de funcionamento das cooperativas de catadores;
- f) além de todos esses problemas, muitas cooperativas não reproduzem o modelo adequado, mais parecem uma terceirização do trabalho de cata e separação, comandado por prepostos das prefeituras;
- g) da mesma forma, muitos cooperativados seguem certa hierarquia de trabalho (quando deveriam ser patrões), desconhecem informações importantes de gestão administrativa, tais como: preço de venda, resultado final, não possuem autonomia e independência nas decisões, faltam treinamentos, informações;
- h) dessa maneira, o setor industrial é o maior beneficiado da reciclagem do lixo promovida pelos catadores; a intermediação nesse mercado é realizada por sucateiros e destes para a indústria, que acabam ficando com a maior parte do lucro do negócio.

Ainda, de acordo com Magera (2005), no que se refere à relação econômica que se esconde nos bastidores políticos do Brasil, particularmente em relação à reciclagem de resíduos,

[...] os interesses “individuais de alguns” se sobrepõem aos interesses coletivos, como fica claro neste depoimento de um Consultor Habitacional e de Cooperativas de Lixo:

É uma conjunção de interesses contrários. O negócio do lixo é monstruoso, movimenta bilhões de reais por ano. A maioria das prefeituras contrata os coletores de lixo (empresas especializadas em recolher o lixo) e são sabidamente os maiores supridores de recursos para campanhas políticas. Esse lixo é recolhido nas cidades e pago por quilo coletado e, nas cidades maiores, além do custo da coleta, é cobrado o custo de depósito; então, são fortunas movimentadas por pouquíssimas empresas no Brasil. A gente poderia dizer que não são mais que cinco ou seis empresas que o fazem; então, o poder de “lobby” dessas empresas é muito grande e a elas não interessa, em instante algum, o processo de reciclagem, porque a cada quilo de papelão ou de latinha recolhido dos lixos, é um quilo menos em seu faturamento; então, a meu ver, há uma conjunção de interesses contrários que não estimula a reciclagem. Todo processo de reciclagem no Brasil está sendo feito a partir de ações sociais não econômicas, não políticas. Os segmentos, os agentes econômicos que trabalham no processo de reciclagem de lixo sofrem conflitos imensos, têm dificuldades de todas as ordens, inclusive desse absurdo do excesso de tributação sobre o produto reciclado. (MAGERA, 2005, p. 31).

O maior beneficiado com a reciclagem do lixo que os catadores e organizações de cooperativas realizam é o setor industrial (MAGERA, 2005). O chamado sucateiro (intermediário) possui uma “aliança” com o setor industrial, de tal modo que, dentro da

cadeia de comercialização, os catadores acabam ficando com a menor parte do valor comercial do material reciclável. Desta forma, as fases da coleta ao envio para a indústria, passaria pela aquisição por parte desta, do material reprocessado e já selecionado dos grandes aparistas (no caso do papel), ou seja, preferem negociar grandes quantidades (o que é compreensível dentro das regras de mercado). Muitas vezes os catadores individuais fazem a coleta e acabam vendendo a cooperativas e associações de catadores e estes, por sua vez, juntam com o que coletaram e acabam vendendo ao sucateiro que, por fim vende para a indústria, fechando o ciclo onde os catadores acabam ficando com a menor parte em função do seu baixo poder de negociação.

Apesar de todas as considerações, a alternativa da reciclagem não é unanimidade. Como escreve Brasil (2012),

A reciclagem tem sido exaustivamente proclamada como a “solução da lavoura” e “panacéia” para todos os males da pobreza. Eu poderia ainda dizer que é mais a solução para a miséria. Longe de me perfilar a um partido político, sou bastante otimista com os programas do atual governo federal. Para mim, a solução para as camadas mais pobres da população é a intervenção estatal na distribuição da riqueza nacional. (BRASIL, 2012, p. 1).

É possível avançar ou o destino das cooperativas é o definhamento total? Se olharmos outros países, como Estados Unidos, Japão, França, Alemanha que, conforme Magera (2005), reciclam aproximadamente de 30% a 40% do seu lixo urbano e, com o apoio da sociedade na separação do material produzido, com treinamento, gestão profissional e recursos tecnológicos, geram empregos com salários em torno de US\$ 3.000 por mês, é possível pensar que é possível.

Caso a Prefeitura Municipal de São Paulo estabelecesse ações mais intensas relacionadas à coleta seletiva, não haveria necessidade de ação judicial, como a já impetrada pela Defensoria Pública, na qual o juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital determinou que a prefeitura tem prazo de um ano para universalização da coleta seletiva de lixo no município.

Há um evidente jogo de forças entre o poder econômico privado e a burocracia oficial de um lado, e os movimentos sociais, organizações não governamentais e a justiça de outro, na busca do avanço daquilo que a legislação e a parcela mais consciente da sociedade exigem.

4.4 – RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada de duas formas. Uma, por meio de três encontros, realizados nos dias: i) 06 de setembro de 2011, ii) 18 de maio de 2012 e iii) 13 de julho de 2012, todos na Capital de São Paulo. O objetivo desses encontros foi a discussão dos principais problemas relacionados à situação dos catadores e da coleta de material reciclável na cidade de São Paulo, bem como apresentação de sugestões e possíveis soluções para as questões que afetam as organizações de catadores e o baixo

volume de material que é coletado no Município. Participaram, além de 14 cooperativas de catadores: o Serviço de Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); o Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre); a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB); o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU); e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Foi aplicada a metodologia de análise *SWOT*, *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças), de forma a sistematizar os resultados para encaminhamento de ações que efetivamente possam aprimorar os aspectos identificados como importantes, bem como corrigir os que assim o necessitam. A segunda forma de coleta de dados se deu pela realização de entrevistas com três profissionais especializados, que atuam no apoio às cooperativas de catadores de material reciclável na Capital de São Paulo, nos meses de maio e junho de 2012.

É possível sintetizar o trabalho de campo, realizado pelos três encontros já mencionados, por meio de uma exposição das questões levantadas (objetivos) e os resultados e alternativas que foram apresentados durante as discussões (propostas), da seguinte forma:

Objetivo 1: Melhoria da qualidade do material entregue pelos caminhões da Prefeitura, uma vez que a intensa compactação acaba por inutilizar expressiva quantidade de material reciclável. Proposta: Conscientização da sociedade, por meio de campanhas publicitárias, palestras, etc, bem como das concessionárias, AMLURB, parceiros locais e as próprias cooperativas para que o material chegue com melhor qualidade. Colocar menor quantidade de material ou utilização de outro tipo de caminhão, por exemplo, do tipo “gaiola”. Aumento do número de “ecopontos”.
Objetivo 2: Evitar o uso de incineradores para destruição do material reciclável. Proposta: Palestras para conscientização da sociedade, divulgação dos problemas ambientais causados pela incineração, mobilização política.
Objetivo 3: Falta de espaço físico tanto para a recepção de material reciclável quanto para a instalação das cooperativas de catadores. Proposta: Identificação de espaços disponíveis, quer sejam do município, do estado, da federação, privado, do CDHU. Poder-se-ia utilizar recursos de crédito de carbono, PAC, BNDES e outros Bancos Oficiais. Denunciar a situação ao Ministério Público, se for o caso, por conta da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Objetivo 4: Promoção e organização das cooperativas para fazer frente à concorrência. Proposta: Reuniões de mobilização para a construção de “redes de cooperação” que possam fortalecer a capacidade de produção e comercialização do material. Capacitação dos catadores para que possam otimizar o serviço de coleta. Organizar melhor a coleta pelas cooperativas.
Objetivo 5: Obtenção de recursos financeiros para capital de giro para as cooperativas. Proposta: Procurar manter toda a documentação necessária para as cooperativas, de forma a facilitar o acesso a linhas de crédito junto ao sistema financeiro, particularmente aos Bancos Oficiais. Realização de cursos de educação financeira, planejamento e organização das cooperativas para fazer adequado uso dos recursos. Buscar capacitação para manutenção preventiva dos equipamentos, para a correta utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs.

Da mesma forma, é possível sintetizar os principais aspectos levantados pelos respondentes das entrevistas realizadas, que foram:

1) Há muito pouca informação sobre o funcionamento do mercado de material reciclável, o que dificulta sobremaneira a atuação, inclusive do Poder Público.
2) Falta definição exata de a quem pertence os resíduos produzidos, uma vez que a coleta é realizada por meio do Poder Público, de catadores organizados ou não, de empresas privadas sem nenhum compromisso com o Poder Público ou organização de catadores, criando diversos “mercados”, alguns obscuros.
3) O interesse das indústrias deve conflitar com o dos catadores. Os que vendem matéria-prima “original”, não tem interesse na reciclagem; a indústria que utiliza materiais recicláveis, por sua vez, tende a aviltar o preço desses produtos.
4) O material de má qualidade que o Poder Público oferece, por conta da intensa compactação (redução de custo, pois os caminhões deveriam carregar menos material para melhor conservação deles para a reciclagem), acaba limitando a quantidade produzida, o que muitas vezes pode não ser interessante para a indústria, além de contribuir para que os preços sejam muito reduzidos.
5) O baixíssimo percentual de material reciclável no Município de São Paulo deve-se a questões de falta de vontade política, é comum políticos afirmarem que “lixo não dá voto”. As empresas ainda não se sensibilizaram para os impactos ambientais causados pelo descarte inadequado de resíduos. A sociedade, embora sensibilizada para as questões ambientais, não fazem cobrança efetiva do Poder Público. O sistema de logística reversa ainda está engatinhando.
6) O programa de coleta seletiva realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo é incipiente. Da meta de convênio com 51 cooperativas, a Prefeitura firmou apenas com 22. Os equipamentos doados eram usados e a manutenção tem custo elevado. Os espaços ocupados pelas cooperativas de catadores, quer sejam conveniadas ou não com a Prefeitura, sofrem pela falta de autorização de funcionamento, há incidência de inúmeros tributos (vide “Anexo F”), além de, muitas vezes, serem mal vistas pela sociedade pois desvalorizam a região onde estão instaladas.
7) Os grandes desafios para as cooperativas hoje são: baixa escolaridade dos catadores, alta rotatividade entre cooperados, a maioria das cooperativas não consegue fazer fundo de caixa, falta experiência administrativa, falta espaço físico, modernização de equipamentos, a qualidade do material coletado ainda é, em grande parte, ruim.

5 – CONCLUSÕES

Indubitavelmente, ainda há muita discriminação em relação ao trabalho dos catadores de material reciclável. Eles não podem ser vistos como vítimas ou como tutelados da sociedade ou dos governos, que é uma tendência no Brasil (o amparo, a tutela, a vitimização, o assistencialismo). Eles são cidadãos e atores políticos que fazem parte de uma cadeia produtiva importantíssima, pois desoneram o trabalho que caberia às prefeituras e demais governos; geram renda, contribuem para o meio ambiente. Necessitam, sim, de apoio para a construção e consolidação de um modelo de políticas públicas e de apoio da sociedade em geral que lhes deem condições de profissionalização, de dignidade e de inclusão num modelo de negócios que lhes permita a emancipação e o protagonismo de um trabalho que se faz cada vez mais imprescindível para uma sociedade que pretende se perpetuar em condições sociais e ambientais mais adequadas.

Legislação, como visto no presente estudo, há em abundância, por meio de Leis, Decretos, Normas Reguladoras, Portarias, Instruções Normativas e Resoluções que tratam da política nacional do meio ambiente em que a reciclagem de resíduos e o trabalho de organizações de catadores são mencionadas. Um dos principais problemas é encontrar caminhos práticos para que tais preceitos legais sejam efetivamente implementados.

Ficou evidenciado, pelos estudos realizados, que há ainda um longo caminho a ser percorrido para que a Política Nacional de Resíduos Sólidos possa efetivamente estar presente na sociedade. O Poder Público ainda trata de forma inadequada, para não dizer com descaso, a situação das organizações de catadores. Parece haver interesses obscuros de grandes grupos econômicos no mercado de material reciclável e nos recursos que o Poder Público despende para o trabalho de coleta de resíduos. O Ministério Público tem agido de forma tímida para que se façam cumprir a legislação vinculada à Política Nacional de Resíduos Sólidos. A iniciativa privada, muitas vezes, utiliza a questão da reciclagem mais como uma política de *marketing*, do que ação efetiva. É bem verdade que existem também muitas ações exitosas dos diversos segmentos, públicos e privados, como já observado no presente estudo, mas, indubitavelmente, precisamos de uma sociedade que faça valer o investimento público, que faça valer as leis, que trabalhe, efetivamente, por um mundo melhor que possa garantir dignidade às futuras gerações.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos

ACCIOLI, Cláudio; SOLANGE, Monteiro; IAQUINTO, Kalinka. Reciclar é preciso: Política Nacional de Resíduos Sólidos busca integrar governo, empresas e sociedade civil, mas exigirá revisão de conceitos para não ser desperdiçada. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 10, p. 18-37, out. 2011.

ARAGÃO; Alexandre; PEREIRA, Elvis. Lixo embaixo do tapete. Até quando? **Revista São Paulo. Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 24-32, 27 mai. 2012 a 2 jun.2012.

CAVALCANTE, Sylvia; FRANCO, Márcio Flavio Amorim. Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 211-231, mar. 2007. Também disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-1482007000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 fev.2012.

CRUZ, Igor; MARQUES, Fernanda. Lixo através da história: pesquisa aborda percepção sobre os resíduos desde a Idade Média. **Revista de Manguinhos**, Rio de Janeiro, p. 40-41, set. 2007.

FADINI, Pedro Sérgio; FADINI, Almerinda Antonio Barbosa. Lixo: desafios e compromissos. **Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola**, São Paulo, edição especial, p. 17, mai. 2001.

GERAQUE, Eduardo; MARCHIORI, Raphael. 5 municípios não terão onde pôr o lixo. **Folha de S.Paulo**, Caderno Cotidiano, p. C6, 13 mai. 2011.

GRIMBERG, Elisabeth. Coleta seletiva com inclusão dos catadores. Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo: Experiência e desafios. **Revista Pólis**, São Paulo, no. 49, 2007, 148 p.

PANORAMA. Veja Essa. **Revista Veja**, São Paulo, n. 2215, p. 69, 2011.

PEREIRA, Selonita Barros. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, p. 11742 a 11758, 20 a 26 mar. 2005.

SILVA, Daniela Silva. A história do caminho tomado pelos resíduos sólidos urbanos em Uberlândia (MG – BRASIL): coleta seletiva, aterro sanitário e os catadores de materiais recicláveis. **Cadernos de História**, Minas Gerais, vol. IV, n. 2, ano 2. p. 167-179, set. 2007. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/download/CadernosDeHistoria-04-Completo.pdf>>. Acesso em: 26 fev.2012.

SILVA, Rosemeire Barboza. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v.3, n.2, p. 1-40, jul/dez 2006.

SILVA FILHO, Carlos Roberto. 5 municípios não terão onde pôr o lixo - análise. **Folha de S.Paulo**, Caderno Cotidiano, p. C6, 13 mai. 2011.

VIANA, Fernando. **História do cooperativismo**. Disponível em <<http://www.coolabora.org.br/02.03.2012>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

Dissertações e Teses

DIAS, Sonia Maria. **Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE**. 2002. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

LIMA NETO, Arnor. **As cooperativas de trabalho como forma de intermediação de mão-de-obra e causa de subtração dos direitos dos trabalhadores intermediados**. 2003. 374 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2003.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil: 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ROMANSINI, Sandra Regina Medeiros. **O Catador de resíduos sólidos recicláveis no contexto da sociedade moderna**. 2005. 81 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2005.

Livros

ALBUQUERQUE, José de Lima (Org.). **Gestão ambiental e responsabilidade social**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 326 p.

ANDRADE, Heloisa Schmidt; FIGUEIREDO, Gladston; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **A trajetória histórica e organizativa da população em situação de risco de rua de Belo Horizonte: a construção de um movimento cidadão** in KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (Org.). **Catadores na Cena Urbana: construção de políticas sociambientais**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 327 p.

BARROS, Vanessa Andrade; PINTO, João Batista Moreira. **Reciclagem: trabalho e cidadania** in KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (Org.). **Catadores na Cena Urbana: construção de políticas sociambientais**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 327 p.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 196 p.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **LIXO: a limpeza urbana através dos tempos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2009. 145 p. Também disponível em <http://www.lixoeeducacao.uerj.br/imagens/pdf/ahistoriadolixo.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (Org.). **Catadores na Cena Urbana: construção de políticas sociambientais**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 327 p.

LIMA, Francisco de Paula Antunes; OLIVEIRA, Fabiana Goulart. **Produtividade técnica e social das associações de catadores: por um modelo de reciclagem solidária** in KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (Org.). **Catadores na Cena Urbana: construção de políticas sociambientais**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 327 p.

MAGALHÃES, Isa. **Sustentabilidade nos negócios: valores, comportamentos e relações humanas no trabalho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009. 74 p.

MATTAROZZI, Victorio; TRUNKL, Cássio. **Sustentabilidade no setor financeiro: gerando valor e novos negócios**. 1. ed. São Paulo: Senac, 2008. 157 p.

MAZUR, Laura; MILES, Louella. **Conversas com os mestres da sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo: Gente, 2010. 298 p.

RIBEIRO, Helena, *et alii*. **Coleta Seletiva com Inclusão Social: cooperativismo e sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2009. 111 p.

SPENCER, Roy. **A Mentira do aquecimento global: mito ou ciência?** 1. ed. Portugal: Caleidoscópio, 2009. 229 p.

VERÍSSIMO, Adalberto et al. **Almanaque Brasil socioambiental: uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária**. 2. ed. São Paulo: Maura Campanili, 2008. 551 p.

VISSER, Wayne. **Os 50 + importantes livros em sustentabilidade**. 1. Ed. São Paulo: Peirópolis, 2012. 272 p.

MAGERA, Márcio. **Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade**. 2. Ed. Campinas: Átomo, 2005. 193 p.

Sites

ABRELPE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. www.abrelpe.org.br.

ABRIL.COM - . **SP: Justiça manda prefeitura universalizar coleta seletiva**. Disponível em <<http://www.abril.com.br/noticias/brasil/sp-justica-manda-prefeitura-universalizar-coleta-seletiva-552568.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

AGÊNCIA BRASIL – Empresa Brasil de Comunicação. **Governo discute regras para descarte adequado e reciclagem do lixo industrial**. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-05-05/governo-discute-regras-para-descarte-adequado-e-reciclagem-do-lixo-industrial>>. Acesso em: 09 mai. 2011.

AGÊNCIA BRASIL – Empresa Brasil de Comunicação. **São Paulo recicla pouco mais de 1% de todo o lixo produzido diariamente**. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-21/sao-paulo-recicla-pouco-mais-de-1-de-todo-lixo-produzido-diariamente>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

BRASIL, Jairo. **Porque digo não à reciclagem**. Disponível em <<http://revistasustentabilidade.com.br/porque-digo-nao-a-reciclagem/>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

BRASKEM. **Química sustentável: objetivos e iniciativas**. Disponível em <<http://www.braskem.com.br/site.aspx/objetivos-iniciativas>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

CASTRO. **Origens do cooperativismo no Brasil**. Disponível em <http://www.castro.to/artigos/art_coop1.htm>. Acesso em: 02 mar 2012.

CICLOVIVO. **Aumenta quantidade de lixo produzido no Brasil, mas destinação ainda é precária**. Disponível em <http://www.ciclovivo.com.br/noticia.php/2421/aumenta_quantidade_de_lixo_produzido_no_brasil_mas_a_destinacao_ainda_e_precaria/>. Acesso em: 14 jul. 2012.

COLETA SOLIDÁRIA. **Apresentação**. Disponível em <www.coletasolidaria.gov.br>. Acesso em: 07 jul. 2012.

COMGERES – Comunicação em Gestão de Resíduos Sólidos (UERJ). **História do lixo**. Disponível em <<http://comgeres.com.br/cont/historia-do-lixo>>. Acesso em: 14 fev.2012.

COMGERES – Gestão de Resíduos Sólidos. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em <<http://comgeres.com.br/cont/pnrs/>>. Acesso em: 14 fev.2012.

COOLABORA. **Cooperativas de trabalho**. Disponível em <http://www.coolabora.org.br/histórico>. Acesso em: 02 mar. 2012.

COOPAMARE – Associação dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis. www.coopamare.org.br.

DIEESE. **Balanco dos pisos salariais negociados em 2010**. Disponível em <http://www.dieese.org.br/esp/estPesq57pisos2010.pdf>. Acesso em: 1º mai. 2012.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS-FIPE. **Pesquisas identificam perfil dos moradores de rua de SP**. Disponível em <http://www.fipe.org.br/web/index.asp?c=37&aspx=/web/home/noticia.aspx>. Acesso em: 20 mai. 2012.

GONÇALVES, Daniel Nunes. **Reciclagem em São Paulo é um lixo, mas há soluções**. Disponível em <http://vejasp.abril.com.br/revista/edicao-2124/reciclagem-em-sao-paulo-um-lixo-mas-ha-solucoes>. Acesso em: 24 jun. 2011.

GRUPO PÃO DE AÇÚCAR. **Iniciativas de responsabilidade socioambiental e qualidade de vida: reciclagem**. Disponível em <http://www.grupopaodeacucar.com.br/responsabilidade-socioambiental/ambiental/iniciativas-1.htm>. Acesso em: 16 jun. 2012.

LEIS MUNICIPAIS. Decreto nº 48799/2007 de São Paulo. Disponível em <http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-de-sao-paulo/1256038/decreto-48799-2007-sao-paulo-sp.html>. Acesso em: 14 jul. 2012.

LIMPA BRASIL. **Histórico do lixo**. Disponível em <http://www.limpabrasil.com/site/sobre/historico-do-lixo/>. Acesso em: 16 fev. 2012.

LIXO.COM. **Catadores de Materiais Recicláveis**. Disponível em http://www.lixo.com.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=133&pop. Acesso em: 16 fev. 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A Campanha**. Disponível em <http://www.separeolixo.com/>. Acesso em: 31 jan. 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A Política**. Disponível em <http://blog.mma.gov.br/separeolixo/a-politica/>. Acesso em: 31 jan. 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/saibaMais.jsf>. Acesso em 14 jul. 2012.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Princípios e objetivos. Carta de Brasília.** Disponível em <http://www.mnncr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-brasil>. Acesso em: 20 mai. 2012.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Sua história.** Disponível em <http://www.mnncr.org.br/box_1/sua-historia>. Acesso em: 20 mai. 2012.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. www.onu.org.br/docs/gdp-integra.pdf.

PLANETA SUSTENTÁVEL. www.planetasustentavel.com.br

PORTAL ATIVIDADE LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL. **PLS – Projeto de Lei do Senado no. 618 de 2007.** Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=82954>. Acesso em: 14 jul. 2012.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **A Coleta de Lixo em São Paulo.** Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/servicos/coleta_de_lixo/index.php>. Acesso em : 24 jun. 2011.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Programa de Coleta Seletiva: Participe.** Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/servicos/limpurb/coleta_seletiva/in>. Acesso em: 24 jun. 2011.

RECANTA – Rede de Cooperação da Cantareira. www.recanta.org.br.

REDE CATASAMPA. www.catasampa.org.

REVISTA SUSTENTABILIDADE. www.revistasustentabilidade.com.br.

SEBRAE. **Diferenças entre associações e cooperativas.** Disponível em < <http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/associacoes/05.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO. **Lixo urbano requer plano de gestão, diz especialista.** Disponível em <<http://www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=1633>>. Acesso em: 08 jun. 2012.

SPATUZZA, Alexandre. **Justiça dá 12 meses para São Paulo planejar coleta seletiva inclusiva e abrangente.** Disponível em <http://www.revistasustentabilidade.com.br/reciclagem/sp-tem-12-meses-par-um-plano-de-coleta-seletiva-inclusivo-e-abrangente>>. Acesso em: 24 jun.2011.

SPINELLI, Evandro. **Queixa fará empresa de lixo de São Paulo receber menos.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/937977-queixa-fara-empresa-de-lixo-de-sao-paulo-receber-menos.shtml>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

_____. **Megalicitação de limpeza em SP exclui pequena empresa.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/952480-megalicitacao-de-limpeza-em-sp-exclui-pequena-empresa.shtm>>l. Acesso em: 21 nov. 2011.

_____. **Prefeitura de SP faz contrato emergencial para a limpeza.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/998773-prefeitura-de-sp-faz-contrato-emergencial-para-a-limpeza.shtml>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

_____. **Justiça barra licitação de limpeza urbana de São Paulo.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1005068-justica-barra-licitacao-de-limpeza-urbana-de-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

_____. **Vencedora de licitação do lixo em SP deu informação falsa.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1009494-vencedora-da-licitacao-do-lix-em-sp-deu-informacao-falsa.shtml>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Sem coleta seletiva, São Paulo perde R\$ 749 milhões.** Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/sem-coleta-seletiva-sao-paulo-perde-r-749-milhoes/n1237654312115.html>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

WIKIPÉDIA. **Catador de material reciclável.** Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Catador_de_material_recicl%C3%A1vel>. Acesso em: 22 fev. 2012.

APÊNDICES

Apêndice – A – Registros fotográficos



“Seu” Ronaldo, que vive na labuta diária, é um catador “autônomo”. Praça da República, Centro de S. Paulo, 26 jul. 2012.



Reunião realizada em 13 ju.l 2012 com cooperativas, poder público e demais parceiros para discussão dos desafios para a melhoria das condições das organizações de catadores e ampliação do volume de resíduos coletados por eles.



Crédito das fotos: Mariza Platero Carnaúba



Registro de algumas cooperativas que participaram das pesquisas do presente trabalho
crédito das fotos: Mariza Platero Carnaúba

Apêndice - B – Roteiro semi-estruturado da entrevista com profissionais que trabalham no apoio a organização de catadores.

- a) Nome completo:
- b) Entidade que representa:
- c) Quantidade de organizações de catadores que apoia:
- d) Tipo de apoio prestado:
- e) Como funciona o mercado de coleta de material reciclável?
- f) Por que o percentual de material reciclável coletado na Capital de S. Paulo é tão pequeno (em torno de 1,2%)?
- g) Qual tem sido o papel da Prefeitura Municipal de São Paulo para que as organizações de catadores se mantenham e possam prosperar?
- h) Especificamente, quais os benefícios disponibilizados pela Prefeitura Municipal de São Paulo para as organizações de catadores (espaço físico, divulgação, isenção de ISS, pagamento de tarifas, etc)?
- i) Algum outro órgão público tem apoiado as organizações de catadores?
- j) Quais os desafios internos às organizações de catadores para que elas possam prosperar?
- k) Quais os desafios externos para manter e fazer crescer as organizações de catadores?
- l) Qual ou quais entidades têm apoiado as organizações de catadores? Qual é o tipo de apoio?
- m) Qual a importância da coleta seletiva para as organizações de catadores e para a sociedade?
- n) Que sugestões você daria para aumentar o percentual de coleta de material reciclável na Capital de S. Paulo?
- o) Gostaria de fazer mais algum comentário ou observação?

Apêndice – C – Os cinco períodos da história organizativa da população de rua da capital mineira, conforme Andrade; Figueiredo; Faria (2008).

Final dos anos 1980: a inserção da Pastoral de Rua junto aos moradores em situação de Rua de Belo Horizonte

Nesse período, que tem como marco mais amplo a promulgação da Constituição de 1988, que assegurou direitos civis, políticos e sociais banidos das instituições brasileiras durante o regime militar, houve uma ênfase maior na implementação da instância comunitário-pastoral, com a formação da “Comunidade Amigos de Rua”. Já era, então, evidente, a existência de dois grandes grupos: os “catadores de papel históricos”, que tinham no trabalho o motivo central de sua permanência na rua e os “outros” segmentos, denominados moradores em situação de rua (os trecheiros e os andarilhos, os migrantes e os desempregados, os portadores de sofrimento mental, além de outros). Ambos os grupos eram constituídos por indivíduos que ora pernoitavam nas ruas, ora nos albergues, transitando de um lugar para o outro, sem criar raízes ou vínculos permanentes. A descoberta e o incentivo de novas sociabilidades favoreciam a busca das raízes identitárias, na perspectiva do resgate da condição cidadã daquela população.

Anos 1990-1992: priorizando a organização dos “catadores históricos” – a fundação da Asmare

Marco importante nesse período foi a fundação da Associação dos Catadores de Material Reaproveitável (Asmare) que se tornou uma referência na organização das populações em situação de rua não só em Belo Horizonte, mas em todo o País. Os catadores de papel foram os precursores do processo organizativo da população de rua em Belo Horizonte. Hoje, eles se consideram “trabalhadores da rua”, sem serem, contudo, “moradores de rua”. Todavia, eles jamais romperam os seus laços com o “povo da rua” e, por meio da sua associação, eles se constituíram em uma das principais alternativas de trabalho e geração de renda para os ex-moradores de rua, que nela encontram o apoio necessário para o reencontro de sua condição de trabalhador e de cidadão.

Anos 1993-1996: ampliando o trabalho com os “outros” segmentos da população de rua – a criação do Fórum de População de Rua

Nesse período, a meta estratégica prioritária foi a criação e implementação de programas destinados à população em situação de rua, em parceria com os órgãos e secretarias municipais da Prefeitura de Belo Horizonte. Esse processo refletiu no fortalecimento da Asmare e na implementação de projetos conquistados por intermédio do Orçamento Participativo (OP), com a República Reviver (1994), o Centro de Saúde Carlos Chagas (1995) e o Centro de Referência da População de Rua (1996), que podem ser considerados embriões de experiências que iriam se transformar em plataforma de luta para a formulação e a implementação de políticas públicas de trabalho, saúde e moradia.

Com a vitória da Frente BH Popular nas eleições municipais de 1992, criou-se em 1993, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (atual Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS), o “Programa de População de Rua”, estreitando-se a parceria entre o Poder Público, o movimento social da população de rua de Belo Horizonte e toda a sua rede de apoio, sendo a Pastoral de Rua o seu eixo aglutinador. No período, houve a criação do Fórum de População de Rua, no qual se discutiam e avaliavam as metas estratégicas para a formatação e a implementação das políticas públicas para os catadores de papel e para as populações em situação de rua de Belo Horizonte.

Anos 1997-2001: os dilemas da parceria com o Poder Público e a busca de maior legitimação do Movimento da População de Rua de Belo Horizonte

Até esse momento, havia um intenso processo de mobilização e participação popular em instâncias diversificadas, sem que se percebesse uma atuação mais consistente do Movimento da População de rua de Belo Horizonte. Contudo, no momento em que os moradores de rua se defrontam com os limites e a morosidade do Poder Público na implementação de políticas públicas de moradia e trabalho, eles, fiéis à sua identidade de movimento social e de atores estratégicos, intensificaram as ações coletivas e mobilizações na

arena social, retomando a realização das assembléias de rua e a participação nas instâncias de articulação tanto no âmbito local como no nacional. Ocorreu, assim, um adensamento e ampliação das frentes de luta por moradia, tanto na esfera político-institucional, pela participação no OP – Habitação, quanto na instância reivindicativa e organizativa, por meio dos movimentos de ocupação de viadutos e áreas abandonadas e da participação no “Movimento dos Sem Casa”.

Com um caráter nacional e com uma repercussão significativa na organização da população de rua em Belo Horizonte, foi realizado, em setembro de 1999, na cidade, o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Recicláveis e para a 1ª Marcha Nacional da População de Rua, ocorridos em Brasília, em junho de 2001. Cabe recordarmos também que, em 1998, foi realizado, em Belo Horizonte, o Seminário “População de Rua – Rumo às Políticas Públicas”, que antecedeu à realização do 1º Censo da População de Belo Horizonte, ambos sob a coordenação do Fórum de População de Rua.

Com o avanço do processo organizativo e a consequente intensificação das reivindicações, surgiram os dilemas na parceria com o Poder Público. O cerne desse impasse foi a crise no Fórum da População de Rua, que teve nas questões relativas à ocupação do espaço urbano o ponto crucial de estrangulamento nas relações entre o Poder Público, as organizações não-governamentais e os moradores de rua. Também em função da morosidade e dos impasses relatados, foi nesse contexto que nasceu formalmente, em 2004, o Movimento da População de Rua de Belo Horizonte, a partir da articulação de moradores de rua de Belo Horizonte e de organização similar ocorrida em São Paulo. Esse movimento ganharia maior visibilidade nos anos 2006 e 2007, com a formação do Movimento Nacional da População de Rua.

Anos 2002-2007: ampliação da visibilidade nacional e fundação do Movimento Nacional da População de Rua

As conquistas desse período foram frutos de uma interação maior com o Poder Público Federal, visando à constituição de uma Política Nacional para a População de Rua. Tal debate se apresentou como um grande avanço na instância *político-reivindicativa*, não obstante as dificuldades de articulação, a situação de vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos e a incipiência da discussão a respeito do tema população em situação de rua nas instâncias governamentais. Parece razoável, porém, constatar que, no que concerne ao processo organizativo da população em situação de rua, nesse período mais recente, um retrocesso nas conquistas políticas desse segmento na esfera municipal, que contrasta com o avanço ocorrido no âmbito federal.

A partir de uma articulação maior entre as experiências de organização da população em situação de rua em diversas cidades do Brasil, a questão passa a pautar, de maneira mais significativa, a agenda do Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS), nas administrações do Governo Lula. Foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial em Situação de Rua, bem como alterado o art. 23 da Lei Orgânica da Assistência Social, que passou a incluir a população de rua como público prioritário da Assistência Social. Em outubro de 2005, o ministério realizou o 1º Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua. O MDS também promoveu, em Belo Horizonte, em parceria com entidades locais, o segundo censo da População de Rua, que contou com a participação dos moradores de rua. Em 2007, o ministério procedeu a contagem da população em situação de rua em 71 municípios do país, tendo o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) participado do treinamento das equipes e do trabalho de campo em algumas dessas cidades.

A intensificação desse processo organizativo deu ensejo à criação do MNPR, em 2004, distinto do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. É importante ressaltarmos, contudo, que esses dois movimentos ainda possuem estreita relação, realizando diversas atividades conjuntas, como o Festival Lixo & Cidadania, que ocorre anualmente em Belo Horizonte.

Nesse período, houve um avanço tanto nas atividades de mobilização direta quanto na participação em fóruns, assembléias e conferências de âmbito nacional. Em 2005, emergiu mais uma vez a demanda no sentido da rearticulação do Fórum de População de Rua em Belo Horizonte, agora com um diferencial: a participação dos moradores e moradoras de rua. Além de representar um espaço de denúncia de várias

situações de violência sofrida por essa população, trata-se de uma instância potencialmente importante para a articulação e a mobilização desse grupo social. (ANDRADE; FIGUEIREDO; FARIA, 2008, p. 58 a 61).

Apêndice – D - “Carta de Brasília”, elaborado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis que expressa a linha mestra da luta dos catadores em todo o País:

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão **catador de materiais recicláveis** e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao Poder executivo, propomos:

- 1.1 - Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.
- 1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.
- 1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.
- 1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.
- 1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.
- 1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de **Combate à Pobreza** para as ações emergenciais.

2 - Em relação à cadeia produtiva:

- 2.1 – Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

3 - Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua

- 3.1 - Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.
- 3.2 - Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o **direito à cidade**.
- 3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.
- 3.4 - Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 - Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 - Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental”, DST/AIDS/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias a serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

Reciclagem feita pelos catadores, já!

Brasília, junho de 2001 (www.mnccr.org.br, 2012).

ANEXOS

Anexo - A – Características jurídicas de cooperativas e associações de trabalho

Tendo em vista a existência de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, segue abaixo, conforme contido no site do Sebrae de Minas Gerais (2012), a comparação entre elas, uma vez que o Poder Público tem se relacionado, principalmente, com cooperativas, pois estas parecem ser o modelo mais adequado. Enquanto as associações são organizações que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas, as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, com o objetivo principal de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado.

CRITÉRIO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
Conceito	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos e com especificidade de atuação na atividade produtiva/comercial
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados. Realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados. Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.
Legalização	Aprovação do estatuto em assembléia geral pelos associados. Eleição da diretoria e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca. CNPJ na Receita Federal. Registro no INSS e no Ministério do trabalho.	Aprovação do estatuto em assembléia geral pelos associados. Eleição do conselho de administração (diretoria) e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição na junta comercial. CNPJ na Receita Federal. Inscrição Estadual. Registro no INSS e no Ministério do trabalho. Alvará na prefeitura.
Constituição	Mínimo de duas pessoas.	Mínimo de 20 pessoas físicas
Legislação	Constituição (art. 5o., XVII a XXI, e art. 174, par. 2o.). Código Civil	Lei 5.764/71. Constituição (art. 5o. XVII a XXI e art. 174, par 2o.) Código civil.

Patrimônio / Capital	Seu patrimônio é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social. A inexistência deles dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras.	Possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto às instituições financeiras. O capital social é formado por quotas-partes podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.
Representação	Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. É representada por federações e confederações.	Pode representar os associados em ações coletivas do seu interesse. Pode constituir federações e confederações para a sua representação.
Forma de Gestão	Nas decisões em assembléia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.	Nas decisões em assembléia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.
Abrangência / Área de Ação	Área de atuação limita-se aos seus objetivos, podendo ter abrangência nacional.	Área de atuação limita-se aos seus objetivos e possibilidade de reuniões, podendo ter abrangência nacional.
Operações	A associação não tem como finalidade realizar atividades de comércio, podendo realizá-las para a implementação de seus objetivos sociais. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercial. Realiza operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal. As cooperativas de produtores rurais são beneficiadas do crédito rural de repasse
Responsabilidades	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela associação. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa, a não ser no limite de suas quotas-partes e a não ser também nos casos em que decidem que a sua responsabilidade é ilimitada. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.
Remuneração	Os dirigentes não têm remuneração pelo exercício de suas funções; recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos.	Os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais pró-labore, definidas pela assembléia, além do reembolso de suas despesas.
Contabilidade	Escrituração contábil simplificada.	A escrituração contábil é mais complexa em função do volume de negócios e em função da necessidade de ter contabilidades separadas para as operações com os sócios e com não-sócios.

Tributação	Deve fazer anualmente uma declaração de isenção de imposto de renda.	Não paga Imposto de Renda sobre suas operações com seus associados. Deve recolher o Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre operações com terceiros. Paga as taxas e os impostos decorrentes das ações comerciais.
Fiscalização	Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual, pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal.	Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual (nas operações de comércio), pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal.
Dissolução	Definida em assembléia geral ou mediante intervenção judicial, realizada pelo Ministério Público.	Definida em assembléia geral e, neste caso ocorre a dissolução. No caso de intervenção judicial, ocorre a liquidação, não podendo ser proposta a falência.
Resultados Financeiros	As possíveis sobras obtidas de operações entre os associados serão aplicadas na própria associação.	Após decisão em assembléia geral, as sobras são divididas de acordo com o volume de negócios de cada associado. Destinam-se 10% para o fundo de reserva e 5% para o Fundo Educacional (FATES)

Fonte: Sebrae – Minas Gerais

Anexo – B - Decreto Municipal No. 48.799, de 9 de outubro de 2007.

DECRETO Nº 48.799, DE 9 DE OUTUBRO DE 2007

CONFERE NOVA NORMATIZAÇÃO AO PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL, ALTERA A SUA DENOMINAÇÃO PARA PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS E REVOGA O DECRETO Nº 42.290, DE 15 DE AGOSTO DE 2002.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a importância da segregação dos resíduos como medida que visa proteger o meio ambiente e combater a poluição;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir nova normatização ao Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, instituído, no âmbito do Município de São Paulo, pelo Decreto nº 42.290, de 15 de agosto de 2002, ampliando seu âmbito de atuação;

CONSIDERANDO, por fim, que, atualmente, metade dos resíduos gerados na Cidade de São Paulo é composta por material passível de reciclagem, por meio da coleta seletiva, bem como de efetivo reaproveitamento, inclusive pela indústria, o que não apenas propicia a geração de emprego e renda, como também prolonga o tempo de vida útil dos aterros sanitários municipais, DECRETA:

Art. 1º O Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, instituído, no âmbito do Município de São Paulo, pelo Decreto nº 42.290, de 15 de agosto de 2002, passa a denominar-se Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis, regendo-se pelas disposições contidas neste decreto.

Art. 2º O Programa de que trata este decreto tem como objetivos:

I - estimular a geração de emprego e renda, por intermédio das atividades de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis;

II - fomentar a formação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, com vistas ao resgate da cidadania por esse segmento da população, por meio do reconhecimento do direito básico ao trabalho, como política de inclusão social;

III - incentivar ações de educação ambiental;

IV - propiciar a defesa do meio ambiente, por intermédio da coleta seletiva e da comercialização adequada dos resíduos recicláveis;

V - promover ações de apoio às cooperativas e associações de produção, ambas do segmento de coleta seletiva de materiais recicláveis, visando ao aprimoramento de suas atividades.

Art. 3º As ações do Programa incluirão:

I - apoio à formação de cooperativas e associações de catadores e de produção com materiais recicláveis;

II - implementação progressiva da coleta seletiva de resíduos recicláveis, por meio das cooperativas e associações de catadores e de produção com materiais recicláveis;

III - fomento às atividades de triagem, beneficiamento, enfardamento e comercialização de recicláveis, que serão desenvolvidas nas Centrais de Triagem criadas pela Administração no âmbito do Município, com essa finalidade específica;

IV - desenvolvimento de atividades de educação ambiental.

§ 1º Sempre que a Prefeitura vier a contratar, para o desenvolvimento das atividades de coleta, triagem, beneficiamento, enfardamento e comercialização de recicláveis, cooperativas ou associações que preencham os requisitos estabelecidos no inciso XXXVII do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tais contratações poderão ser dispensadas de prévio procedimento licitatório.

§ 2º Eventuais outras entidades e associações ou cooperativas que não preencham os requisitos para contratação nos termos previstos no § 1º deste artigo poderão integrar o Programa mediante convênio ou termo de parceria, nos quais serão especificadas as respectivas diretrizes e atribuições.

§ 3º Para os fins deste decreto, entende-se por cooperativa ou associação o grupo de catadores de materiais recicláveis que atuem no ramo de coleta seletiva, legalmente constituído, que gerenciará a Central de Triagem ou a unidade de produção encarregada de coletar, triar, armazenar, beneficiar e comercializar os resíduos sólidos recicláveis.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Serviços, por intermédio do Departamento de Limpeza Urbana - LIMPURB, será responsável pela coordenação geral do Programa, estabelecendo normas e procedimentos para a sua implementação, gerenciamento, fiscalização e controle.

Parágrafo Único - O Programa poderá contar com uma Secretaria Executiva, cujas funções serão exercidas pela Secretaria Municipal de Serviços.

Art. 5º As cooperativas e associações voltadas à coleta e produção com materiais recicláveis, participantes do Programa, terão as atribuições de executar a coleta, a triagem, o armazenamento, o beneficiamento, o enfardamento e a comercialização dos resíduos sólidos recicláveis, conforme diretrizes a serem estabelecidas pela Secretaria Municipal de Serviços, por intermédio do Departamento de Limpeza Urbana - LIMPURB.

Parágrafo Único - A receita proveniente da comercialização dos resíduos recicláveis será revertida integralmente às cooperativas e associações participantes do Programa.

Art. 6º As diretrizes e as atribuições das cooperativas e associações, assim como suas respectivas áreas de atuação, serão definidas pela Secretaria Municipal de Serviços, por meio do Departamento de Limpeza Urbana - LIMPURB, e especificadas nos contratos de prestação de serviços, a serem celebrados entre a Prefeitura, representada pela referida Secretaria, e as entidades participantes do Programa.

§ 1º Os contratos de prestação de serviços, a serem firmados entre a Prefeitura e as entidades integrantes do Programa, deverão obedecer às regras da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com as respectivas alterações posteriores.

§ 2º As cooperativas e associações contratadas pela Prefeitura para implementar as atividades de coleta, triagem, beneficiamento e comercialização dos resíduos recicláveis ficam obrigadas a apresentar, mensalmente, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, contendo, no mínimo, informações quanto à quantidade de resíduos comercializados, número de cooperados e/ou associados e média mensal de ganho por cooperado e/ou associado.

Art. 7º O Programa contará com uma comissão de apoio, que terá por atribuição o contínuo acompanhamento, avaliação e formulação de sugestões para o seu aperfeiçoamento, e será constituída pelos representantes dos seguintes órgãos e segmentos:

I - da Administração Direta Municipal:

- a) Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS;
- b) Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA;
- c) Secretaria Municipal do Trabalho - SMTRAB;
- d) Secretaria Municipal de Educação - SME;
- e) Secretaria Municipal da Saúde - SMS;
- f) Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras - SMSP;

II - da sociedade civil:

- a) Fórum Lixo e Cidadania do Município de São Paulo;
- b) Fórum Recicla São Paulo;
- c) Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste;
- d) Comitê Metropolitano de Catadores;
- e) demais entidades que desenvolvam trabalhos afins no âmbito do Município de São Paulo;

III - de entidades sindicais;

IV - de instituições de ensino e pesquisa.

Art. 8º A Prefeitura, nos contratos que vier a celebrar com vistas à implementação do Programa ora criado, priorizará a contratação de cooperativas ou associações que tiverem, em seus grupos de trabalho, ex-catadores de rua, pessoas em programas de ressocialização ou readaptação social, profissionais excluídos do mercado de trabalho ou pessoas em situação de primeiro emprego.

Parágrafo Único - Na hipótese de contratação de cooperativas ou associações de catadores, todos os profissionais envolvidos nas atividades das Centrais de Triagem deverão ser, necessariamente, cooperados ou associados, sendo vedada a contratação de mão-de-obra sob regime de relação empregatícia regida pela legislação trabalhista, para o desenvolvimento de atividades diretamente ligadas à coleta, triagem, beneficiamento, armazenamento, enfardamento e comercialização dos resíduos recicláveis coletados.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 42.290, de 15 de agosto de 2002.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 9 de outubro de 2007, 454º da fundação de São Paulo.

GILBERTO KASSAB, PREFEITO

DIMAS EDUARDO RAMALHO, Secretário Municipal de Serviços

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 9 de outubro de 2007.

CLÓVIS DE BARROS CARVALHO, Secretário do Governo Municipal

Anexo - C – Poema “O vinho dos trapeiros”, de Charles Baudelaire, de 1857, que já fazia referência à atividade de catador. Trapeiro significa aquele que cata trapos, que apanha papéis, latas, etc para vender às fábricas.

O vinho dos trapeiros (*Le Vin des chiffonniers – Fleus du Mal*)

Muita vez, ao rubor de um revérbero e ao vento,
Que à chama sempre é um golpe e ao cristal tormento,
Num antigo arrabalde, amargo labirinto,
De humanidade a arder em fermentos de instinto,

Há o trapeiro que vem movendo a fronte inquieta,
Nos muros a apoiar-se à imitação de um poeta,
E sem se incomodar com os policiais desdenhosos,
Abre seu coração em projetos gloriosos.

Ei-lo posto a jurar, ditando lei sublime,
Exaltando a virtude, abominando o crime,
E sob firmamento – um pátio de esplendor,
Embriaga-se da luz de seu próprio valor.

Estes, que a vida em casa enche de desenganos,
Róidos pelo trabalho e as tormentas dos anos,
Derreados sob montões de detritos hostis,
Confuso material que vomita Paris,

Voltam, cheios de odor de pipas barrancos,
Acompanhados dos que a vida tornou brancos,
Bigodes a tombar como velhos pendões;
Os arcos triunfais, as flores, os clarões,

Se erguem diante do olhar, ó solene magia!
E na ensurdecadora e luminosa orgia
Do clarim e do sol, do grito e do tambor,
Eles trazem a glória ao povo ébrio de amor!

E assim é que através desse terrestre solo,
O vinho é ouro a rolar, fascinante Pactolo;
Pela garganta humana ele canta os seus feitos,
E reina por seus dons como os reis mais perfeitos.

E para o ódio afogar e embalar o ócio imenso,
Desta velhice atroz que assim morre em silêncio,
Gerou o sono, Deus, de remorso tocado;
O homem o vinho criou, filho do sol sagrado.

Disponível em

<<http://mostraolixo.wordpress.com/artes/literatura/o-vinho-dos-trapeiros-charles-baudelaire>>. Acesso em: 04 mar. 2012.

Anexo - D – Relação das instituições que compõem o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e assinam a Plataforma:

1. ABEPET - Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens de PET
2. ABIQUIM - Associação Brasileira da Indústria Química/Plastivida
3. ABIVIDRO - Associação das Indústrias Automáticas de Vidro
4. ABRELPE – Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
5. Ação Local Boa Vista
6. ACTESP – Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de São Paulo
7. Água *Et* Vida
8. ANAMMA – Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente
9. ANAP – Associação Nascentes das Águas Puras
10. APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Unidade de Mauá-SP
11. APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Unidade de São Paulo-SP
12. APU – Associação dos Profissionais Universitários da SABESP
13. ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, Belo Horizonte-MG
14. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – Comissão de Defesa do Meio Ambiente
15. Associação Cristã Verdade e Luz, São Bernardo do Campo
16. Associação Reciclázaro
17. Associação Vida Natural
18. CADES – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
19. Caixa Econômica Federal – Área de Desenvolvimento Urbano
20. CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
21. Centro Gaspar Garcia
22. CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal
23. CETESB – Cia .de Tecnologia e Saneamento do Estado de São Paulo
24. CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
25. Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares do Estado de São Paulo
26. Comitê Metropolitano dos Catadores
27. CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
28. CONDECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
29. Condomínio Conjunto Nacional
30. CONESAN – Conselho Estadual de Saneamento, Câmara Técnica de Planejamento
31. Conselho Municipal de Saúde
32. COOPAMARE – Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, São Paulo – SP
33. COOPERMAPE – Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu
34. COOPRA – Cooperativa de Reciclagem Ampla de Materiais de São Caetano do Sul-SP
35. CRUMA – Cooperativa de Reciclagem Unidos pelo Meio Ambiente
36. Federação das Cooperativas de Trabalho
37. Fórum dos Mutirões da Cidade de São Paulo
38. Fórum das Organizações que Trabalham com Moradores de Rua
39. Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
40. Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste
41. Fórum Recicla São Paulo
42. Frente Parlamentar Lixo e Cidadania
43. Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança

44. Fundação Friedrich Ebert
45. Fundação ORSA
46. Fundacentro
47. Greenpeace
48. ICC – Instituto de Capacitação Comunitária
49. INEVAT – Instituto de Estudos Vale do Tietê
50. INDER – Instituto de Desenvolvimento Regional
51. Instituto 5 Elementos
52. Instituto de Governo e Cidadania do ABC
53. Instituto do PVC
54. Instituto ECOAR para a Cidadania
55. Instituto GEA
56. IPA do Brasil – Centro de Habilitação PROMOVE
57. IPSUS – Instituto Pró-Sustentabilidade
58. ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
59. Jornalistas *Amigos da Criança*
60. Ministério Público – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude
61. Ministério do Trabalho e Emprego – Delegacia Regional do Trabalho – Coordenadoria do Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil
62. Ministério Público do Trabalho
63. OAF – Organização de Auxílio Fraternal
64. Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP – AMLURB
65. Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente-SVMA
66. Pólis – Instituto de Estudos, Assessoria e Formação em Políticas Sociais
67. Programa Lixo e Cidadania em São Bernardo do Campo – SP
68. Projeto Pedra Sobre Pedra
69. Projeto Vira Lata
70. Projeto Vitória
71. PROLATA
72. PUC – Pontifícia Universidade Católica, Pastoral Universitária
73. Rádio Cultura
74. Rede Ethers de Desenvolvimento Humano e Social
75. Sapo Ecológico
76. Secretaria do Governo e Gestão Estratégica do Estado de São Paulo
77. SINDINESFA – Sindicato do Comércio Atacadista de Sucata Ferrosa e Não-Ferrosa do Estado de São Paulo
78. SINTAEMA – Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente
79. UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
80. Universidade Federal de Viçosa – Laboratório de Engenharia Sanitária e Ambiental
81. Universidade de São Paulo - USP – Escola Politécnica
82. Universidade de São Paulo-USP – Programa USP Recicla
83. Verso Cooperativa de Psicologia

Fonte: GRIMBERG, Elisabeth. Coleta seletiva com inclusão dos catadores. Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo: experiência e desafios. **Revista Pólis**, São Paulo, no. 49, 2007, 148 p.

Anexo - E – Música “Catador de Lixo (O reciclador do mundo)” é uma faixa do álbum “Som Plural”, produzido em 2006 pelo grupo Rua Mundo. O estilo da canção é pop/rock.

Catador de Lixo (o Reciclador do Mundo)

Cata papelão
 Latinha, sujeira cata lixo, emoção
 A vida que escapa da mão
 A vida é um pedaço no chão

Teu dia termina e o meu não tem fim
 Teu lixo desprezo é dinheiro pra mim
 Eu vejo a cidade dos olhos de lixo
 Nem prédios nem prata só cacos de vidro

A rota é montese, é vila-união,
 Arame farpado, ando na contramão,
 Serrinha, pici, pirambu, castelão

Daí tu me vês suado e cansado,
 Barriga vazia e o carrinho, lotado,
 A descida é legal, e a subida é fatal

Seu lixo não parece com o meu,
 O passado rasgado, e o que apodreceu,
 Entre os carros meu carro, carrinho de cruz
 Não se espante você pareço Jesus

A latinha é o ouro, o quilo o real,
 Os sonhos, os vermes, fedor colossal,
 Palhaço sem riso grã-circo fortal

Não sei quem eu sou
 Se é que vou ser
 Se é homem-urubu
 Mulher guabiru
 Você não me viu mas eu vejo você!!!

No lixo!!!
 Tudo virará lixo!!!
 Teu amor de lixo !!!
 O futuro é lixo!!!
 Onde está seu lixo???
 Lixo!!!

Disponível em

<<http://mais.uol.com.br/view/0l6ed68947cr/rua-mundo--catador-de-lixo-o-reciclador-do-mundo-2006-04029A3066D88923A6?types=A>>. Acesso em: 26 fev.2012.

Anexo - F – Tributos incidentes sobre as cooperativas.

Tributos	Valor	Base de cálculo	Observações
Imposto sobre a Renda (IR)	1,5%	Produção cooperativista (retenção pelo contratante)	Lei no. 8.981 de 20/01/1995
Imposto sobre serviços (ISS)	5% no RJ e 5% em SP	Há muitas controvérsias sobre quem deve pagar a incidência e qual a base de cálculo que será usada	Decreto-Lei no. 406/68. Lei complementar no. 56/87. Alguns municípios estão isentando as cooperativas
PIS	0,65%	Faturamento (receita bruta mensal da sociedade) . Está sendo contestado judicialmente por muitas cooperativas	MP no. 1.858 art. 1º. AD SRF no. 70/99 Instrução normativa no. 145/99
COFINS	3%	Faturamento (receita bruta mensal da sociedade) Também está sendo contestado judicialmente	MP no. 1.858
INSS	15%	As empresas que contratam as cooperativas devem pagar e não reter quinze por cento sobre o valor bruto da Nota Fiscal ou Fatura de prestação de serviços. O encargo foi repassado às empresas.	Lei no. 9876/99

Fonte: Magera (2005)